



MACÁRIO CORREIA, DIRIGENTE DA CNIS

A CNIS não se pode resumir a um mero aparelho de representação das IPSS

15 DE JANEIRO - DIA DA CNIS, FÁTIMA

Desenvolvimento do Estado Social em debate

REFUGIADOS

As primeiras famílias chegaram a Portugal



CC SÃO CIRILO, PORTO
Recapacitar e reintegrar
quem tudo perdeu



ABA SHALOM, ÁGUEDA
Apoio a crianças de minorias
étnicas



CP CACHOPO, TAVIRA
Combater a desertificação
apoiando os idosos

MINISTRO DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL RECEBE CNIS

Não vai haver reversão na cooperação

Como assegurar a sustentabilidade das IPSS

JOSÉ LEIRIÃO/CNIS/jleiriao@zonmail.pt

Podemos tentar **definir sustentabilidade** das instituições como o conjunto de acções que a Instituição pratica, visando o respeito pelo meio-ambiente e o desenvolvimento sustentável da sociedade. Este comportamento, implica que a Instituição adopte atitudes éticas e 'boas práticas' de gestão, que visem o seu crescimento económico e o desenvolvimento da sociedade.

O grande desafio das Instituições no dia a dia continua a ser os efeitos da crise financeira, económica e social iniciada em 2007, que conduziu a forte desalavancagem financeira, níveis elevados de endividamento, menor riqueza para distribuir, desemprego, pobreza e privação, forte pressão da despesa social e novos riscos sociais, que tiveram um impacto directo no terceiro sector em diferentes formas, o que conduziu as IPSS a procurar, também, diferentes formas de responder às dificuldades dos últimos anos, as quais continuam a persistir, tomando necessário adoptar novas formas de pensar e de agir e novos modelos de gestão, que ajudem a ultrapassar de forma sustentada essas dificuldades.

O **caminho** só pode ser o de empreender, inovar e aproveitar a diversidade do meio envolvente, num mundo em mudança colocam-se novos desafios às IPSS. Mudar é uma obrigação e para isso é preciso saber onde estamos e porquê, compreender o meio envolvente, analisar os pontos fortes e fracos dentro e fora da Instituição. É preciso fazer acontecer a mudança e identificar o ponto de chegada, isto é, para onde vamos, fazer escolhas, organizar e monitorizar a viagem. É fundamental as IPSS serem parte activa da mudança e nunca perder de vista a sua missão.

É crucial os dirigentes reconhecerem que as IPSS possuem vantagens competitivas e enfrentam diversos constrangimentos de forma a definirem a sua posição e avançarem para a mudança, alguns exemplos:

Vantagens competitivas:

- Cultura humanista
- Laços de afectividade e de entajuda
- Confiança das pessoas, sector público e privado
- Rede capilar de proximidade territorial
- Conhecimento das realidades locais e das necessidades das pessoas
- Agentes de mudança com capacidade de transformação
- Factor de coesão familiar
- Cultura de princípios e valores universais
- Sensibilidade própria distinta das empresas convencionais

Constrangimentos:

- Défi ce de capacidade de gestão e liderança
- Défi ce de "boas práticas" de gestão e governação
- Cultura de resistência à mudança
- Excessiva dependência do financiamento público
- Modelo de financiamento insustentável a prazo
- Insuficiente envolvimento com o sector privado
- Défi ce de sustentabilidade.

Falta de cultura de partilha de 'boas práticas' entre instituições e partilha de recursos

Para assegurar a sustentabilidade das Instituições não chega a "dedicação" dos dirigentes e colaboradores é necessário juntar o "conhecimento técnico".

A sustentabilidade das IPSS inclui quatro dimensões importantes que são: social, económica, gestão e financeira, que requerem acções específicas, que enuncio em seguida:

Sustentabilidade social: diagnosticar necessidades sociais, encontrar as respostas, intervir na sociedade para transformar, fazer dos beneficiários participantes activos.

Sustentabilidade económica: Mobilizar e gerir bem os recursos (humanos, conhecimento, financeiros, técnicos e logísticos) com o objectivo de gerar *valor social*.

Sustentabilidade da gestão: conferir sustentabilidade na gestão do dia a dia utilizando as "boas práticas" e concentrando-se na missão.

Sustentabilidade financeira: Diversificar fontes de financiamento, definir estratégias de redução de custos, aumento da eficiência dos recursos disponíveis, desenvolver actividades "comerciais" geradoras de receitas, estabelecer políticas de "angariação de fundos", aplicar o Marketing Social, recorrer ao trabalho voluntário, estabelecer parcerias privadas/institucionais no âmbito da responsabilidade social, criar programas de patrocínio de pessoas e causas...

Outros aspectos muito importantes para assegurar a sustentabilidade:

É crucial os dirigentes terem uma visão global e sistémica da importância da contribuição de vários elementos para assegurar a sustentabilidade das IPSS, alguns exemplos:

Orgãos sociais: Direcção descentralizada: A Direcção funciona como uma equipa de ampla gama de competências com várias áreas articuladas e interligadas entre si e partilha



de informações. Todos os membros são activos e participam na definição da estratégia e actividades da Instituição. A avaliação periódica dos programas e a prestação de contas regular são atributos fundamentais das "boas práticas" de gestão.

Conselho Fiscal e Assembleia Geral: Ambos os órgãos devem ter participação activa, quer em grupos de trabalho, quer colaborando directamente na gestão de conflitos e estratégia da instituição.

Estratégia: Tem de estar alinhada com a missão e a visão devendo ser conhecida de todos os colaboradores, utilizar na sua elaboração a matriz SWOT (pontes fortes, pontes fracas, oportunidades e ameaças) em conjunto com a análise PEST (política, económica, social e tecnológica).

Plano estratégico: Deve ser preparado de maneira democrática e participativa e revisto com a devida frequência e amplamente debatido reflectindo plenamente a realidade da Instituição.

Participação em redes: Procurar possível alinhamento entre os planos e as acções das redes e da Instituição, aproveitar sinergias proporcionadas pelas redes e associar objectivo comuns.

Gestão recursos humanos-Formalidade: Os sistemas de tomada de decisão são transparentes e formais, as funções, responsabilidades e níveis de hierarquia estão devidamente definidos, todas as pessoas estão formalmente ligadas à Instituição. Existe o estabelecimento consensual de objectivos e um processo de avaliação de desempenho associado a sistema de incentivos.

Entidades parceiras: Existe um sistema definido para estabelecer, relacionar e avaliar as parcerias. Existe preocupação em constituir parcerias de longo prazo.

Participação de voluntários: A Instituição possui um programa detalhado sobre o voluntariado e avalia de forma sistemática os seus trabalhos. Os voluntários são tratados com a mesma formalidade que os colaboradores.

Controlo das receitas e despesas: Existe eficácia no controlo das receitas e despesas, utilizando programas específicos em computador, é possível planear e fazer um seguimento rigoroso com elevado grau de segurança e rigor, garantindo ausência de surpresas.

Demonstrações contabilísticas e financeiras: Existe um sistema informático integrado, transparente e seguro integrando a contabilidade e gestão financeira de forma eficiente, sendo devidamente auditado por entidade externa. As informações são utilizadas para o planeamento, preparação de novos projectos e avaliação das actividades realizadas.

Investimento do excedente: Os excedentes aumentam a margem de segurança da Instituição, a sua aplicação deve ser coordenada com o Conselho Fiscal.

Gestão da Qualidade: A adopção de um sistema de gestão da qualidade baseado em processos e procedimentos, certifica a qualidade da "gestão", o que significa, por si só, um passo fundamental para assegurar a sustentabilidade, dado as suas implicações benéficas a nível interno e a imagem externa da Instituição.

Gestão jurídica: Existe acompanhamento sistemático e rigoroso das relações jurídicas com os colaboradores e parceiros, existindo também um sistema eficaz de actualização de acordo com as mudanças de rumo das parcerias e relações de trabalho.

Gestão de fornecedores: a política de relacionamento com fornecedores é pública, transparente e modelar, existe sincronia permanente entre a utilização dos recursos e a gestão de compras e stocks utilizando programas informáticos adequados e permitindo a elaboração dos respectivos orçamentos anuais e o seu acompanhamento regular.

Gestão do conhecimento: A instituição estabelece uma política clara e transparente para registo, utilização e partilha de informação e de dados. A instituição produz e dissemina conhecimentos. Procura identificar "boas práticas" que possam ser implementadas para melhorar a sustentabilidade geral da Instituição.

Código de Ética: Existe um código de ética (de conduta) claro e preciso que é revisto periodicamente, existindo preocupação pela sua difusão por colaboradores e parceiros.

Diversidade de fontes de recursos: Existem diversas fontes de recursos de financiamento e outros, garantindo baixa vulnerabilidade a bruscas mudanças no relacionamento com algum parceiro. A Instituição planeia e executa um plano de contingência e avaliação de riscos.

Comunicação interna: A Instituição elabora um plano e define políticas claras de comunicação que resultaram de um processo democrático de participação de todos os colaboradores. Existe um logotipo identificando a identidade visual que está alinhado com a missão e visão.

Comunicação externa: Existem planos de comunicação específica para: associados, entidades públicas, comunidade local e públicos preferenciais.

Gestão de reclamações: Existe um processo de gestão de reclamações com pessoas assignadas para resolver situações distintas de reclamações existindo um sistema de avaliação para a actualização e melhoria das políticas e processos.

"As dificuldades e o insucesso são apenas oportunidades para recomeçar de novo com mais inteligência" - Henry Ford

CNIS - 35 anos

Padre Lino Maia/Presidente da CNIS

1. Inicialmente sob a designação de União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UIPSS), a CNIS foi fundada em 15 de Janeiro de 1981, no Porto, por 43 representantes de IPSS que rubricaram o documento instituidor daquela que, em Janeiro de 2003, viria a assumir o nome que melhor identificava a sua realidade de sempre: Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS).

Por sua predisposição, a CNIS é um elo unificador de um sem número de respostas de integração social e comunitária, de proteção dos cidadãos em todo o ciclo de vida, e em particular nas situações de fragilidade e diminuição da funcionalidade, doença, deficiência e dependência e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, de educação e formação profissional, na resolução dos problemas habitacionais das populações e desenvolvimento de iniciativas de promoção e proteção da saúde.

Por sua opção, a CNIS congrega associadas de origem e natureza tão diversificada como Associações e Fundações de Solidariedade Social (muitas), Casas do Povo, Cooperativas de Solidariedade Social, Misericórdias e Mutualidades (algumas), Centros Sociais Paroquiais e Institutos de Organizações Religiosas (muitos). No total confedera 2.813 Instituições Particulares de Solidariedade Social, sendo 2 Federações, 3 Uniões Regionais, 16 Uniões Distritais e 2.792 Instituições de base.

Por sua disposição, a CNIS é a expressão do saber crer e do saber querer das comunidades que, jamais se demitindo das suas responsabilidades, por solidariedade, caridade, compaixão e cidadania, se organizam para responder às suas próprias necessidades e assim dão remédio aos sofrimentos da pobreza, dão consistência à coesão social, dão caminho ao desenvolvimento local e dão oportunidade à igualdade de oportunidades. De todas as comunidades, desde a mais recôndita e a mais nordestina à mais ocidental das ilhas adjacentes.

Por sua vocação, a CNIS é o espelho da gratuidade de muitos corações, da capilaridade por todo o território nacional e do engenho e da arte no serviço da proximidade. Assim, há sempre portas que diariamente se abrem e há sempre corações a palpitar. Para o serviço ao próximo que carece de acolhimento institucional para crianças e jovens em perigo, para o alojamento social de emergência, para o apoio domiciliário, para cantinas sociais, para casas abrigo, para centros (de acolhimento, de convívio, de dia e de noite para pessoas idosas, de apoio à vida e a toxicodependentes), para o apoio familiar e aconselhamento parental, para centros comunitários e protocolares, para atividades ocupacionais e de tempos livres...

2. A CNIS tem sido uma das três vozes do sector social e solidário. Não disputa preponderância, mas pelo que se vê, pelo que se ouve e pelo que se lê, não se pode ignorar que é uma voz credível e cuja credibilidade se foi consolidando no histórico de capacidade, de dedicação e de serviço de todos os seus dirigentes de todos os seus trinta e cinco anos.

Voz com autoridade porque confedera mais de 50% das Instituições de Solidariedade. Bastante mais, aliás. Voz que a todos dá voz, mesmo que a CNIS não se "aprume" para se fazer audível. Voz onde todos têm vez. E pela sua liberdade, isenção e credibilidade, também sempre é ouvida a sua voz e lhe é dada vez para definir enquadramentos, marcos e rumos.

Enquanto organização plural e enquanto organização congregadora.

No seu seio todas as instituições estão como devem estar: em comunhão. As



instituições confessionais e as não confessionais, as da Igreja Católica e as das outras Igrejas, as que são dirigidas por pessoas com muito legítimas opções ideológicas e as que têm dirigentes crentes ou não crentes. Todas, porque na comunhão está a sua força de perenidade construtora.

3. A CNIS tem como grande objetivo implementar e desenvolver uma Estratégia de apoio e robustecimento das organizações, com vista à promoção da qualidade de vida dos cidadãos e do restabelecimento da sua dignidade como pessoas.

A importância de identificar constrangimentos e oportunidades a nível local que leve a uma tomada de decisões fundadas no conhecimento da realidade e promova o trabalho em rede, em parceria entre os vários sectores, solidário, social, empresarial, autárquico e outras organizações locais, visa combater a exclusão e promover a coesão social.

A participação e o envolvimento de todos permite que estas organizações sejam



Foto: D.R.

polos de desenvolvimento local

Só uma metodologia de investigação /ação permite atingir os objetivos traçados.

A intervenção no domínio da solidariedade social visa facilitar a mudança, o desenvolvimento, valorizando e recolhendo a aprendizagem das organizações e das comunidades.

É necessário conhecer para intervir e compreender para mudar adequando as organizações às reais necessidades das populações razão fundante da sua existência.

A CNIS como Confederação Nacional tem o dever maior de participar na conceção e implementação das Políticas Públicas que vão ao encontro do cidadão e lhe permitam por si exercer os seus direitos de cidadania.

Combater a indiferença, o absentismo e o imobilismo é Missão da CNIS e das organizações que representa.

Defender a dignidade humana promover o crescimento integrado e integral de todos para todos é o rosto de uma Confederação que deseja e quer um País que aposte no que de melhor tem - o seu Povo.

MINISTRO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL RECEBE CNIS

Não vai haver reversão na cooperação

O caminho da cooperação entre Estado e Setor Social Solidário vai continuar a ser percorrido sem sobressaltos apesar da mudança governativa. Esta é a convicção do presidente da CNIS após reunir com o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, naquele que foi o primeiro encontro institucional entre os dois desde o retorno de Vieira da Silva ao ministério da Praça de Londres.

Foram duas horas de troca de impressões, em que o ministro quis, essencialmente, ouvir a CNIS. “Foi um encontro, diria quase informal, muito bom, em que fizemos o ponto da situação e falámos das preocupações que temos. O senhor ministro também falou das preocupações que tem, mas ele conhece muito bem todo este setor e é uma pessoa muito sensível que tem ideias muito interessantes para a Cooperação”, referiu, no final do encontro no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), o padre Lino Maia, mostrando-se convicto de que não haverá sobressaltos na Cooperação: “O senhor ministro é sensível aos problemas do setor e, claramente, não vai haver reversão na Cooperação. Este ministro aposta, claramente, na Cooperação

e aposta no Setor Social Solidário, que conhece bem e para o qual tem ideias próprias, que já apareceram no programa do Partido Socialista e que estão no programa do Governo. Diria que ele vai marcar o seu cunho, pelo que estou convencidíssimo que não vai haver reversão na cooperação e que este é um caminho que vai continuar a ser percorrido sem sobressaltos e no bom sentido”.

O padre Lino Maia revelou que foram abordados diversos assuntos, com especial enfoque no aumento do salário mínimo a partir de Janeiro e que acarreta algumas dificuldades para as IPSS. “Foi um encontro longo em que passámos tudo em relance. Abordámos diversas questões, mas uma que é importante tem que ver com o aumento do salário mínimo. É algo necessário e justo, mas provoca alguns constrangimentos e é necessário na Cooperação dar um sinal para que, de facto, as instituições possam enfrentar um aumento salarial que, repito, é necessário”, sustentou o presidente das CNIS, que se fez acompanhar na reunião pelo padre José Baptista, membro da Direção.

Para além disto, os LIJ e as RLIS, a Cooperação propriamente dita, o “fundo de



reestruturação social, porque há instituições que necessitam de uma certa revisão e de um certo aprofundamento”, entre outras, foram questões abordadas no encontro que contou ainda com as presenças das secretárias de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, e da Inclusão das Pessoas com

Deficiência, Ana Sofia Antunes. “Foi um primeiro momento em que colocámos as nossas questões, algumas dificuldades com que nos confrontamos e algumas alegrias com que vivemos”, resumiu o padre Lino Maia.

P.V.O.

AÇÕES INSPETIVAS DO ISS

CNIS promove sessões de informação no Centro e Sul

Apoio Técnico na Região Norte, a CNIS vai promover, no primeiro semestre de 2016, Sessões de informação/formação sobre as “ações inspetivas” do ISS para as suas associadas das regiões Centro e Sul.

Com a divulgação da listagem das Instituições a inspecionar é fundamental esclarecer as dúvidas relativamente aos guiões de fiscalização utilizados e apoiar tecnicamente as Entidades na organização e resposta a estas ações do ISS. Pretende-se ainda efetuar um levantamento das necessidades das Instituições com vista a preparar um acompanhamento mais personalizado que contribua para a melhoria do seu desempenho e aumento da eficácia da gestão. É importante capacitar internamente as Instituições para que as visitas de acompanhamento e fiscalização da Segurança Social constituam um momento de normalidade e de oportunidade de melhoria.

Os destinatários destas sessões são os Dirigentes e Direção Técnica das Instituições das regiões Centro e Sul.

Segue o cronograma e programa das ações a desenvolver, sendo, no início de 2016, confirmados os locais de realização e iniciadas as respetivas inscrições.

- 15 de fevereiro de 2016 - Aveiro
- 22 de fevereiro de 2016 - Coimbra
- 02 de março de 2016 - Aveiro
- 09 de março de 2016 - Coimbra
- 16 de março de 2016 - Viseu
- 30 de março de 2016 - Santarém
- 05 de abril de 2016 - Viseu
- 07 de abril de 2016 - Guarda
- 13 de abril de 2016 - Santarém
- 20 de abril de 2016 - Lisboa
- 27 de abril de 2016 - Lisboa
- 04 de maio de 2016 - Évora
- 11 de maio de 2016 - Évora
- 18 de maio de 2016 - Faro
- 25 de maio de 2016 - Setúbal



Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

PROGRAMA

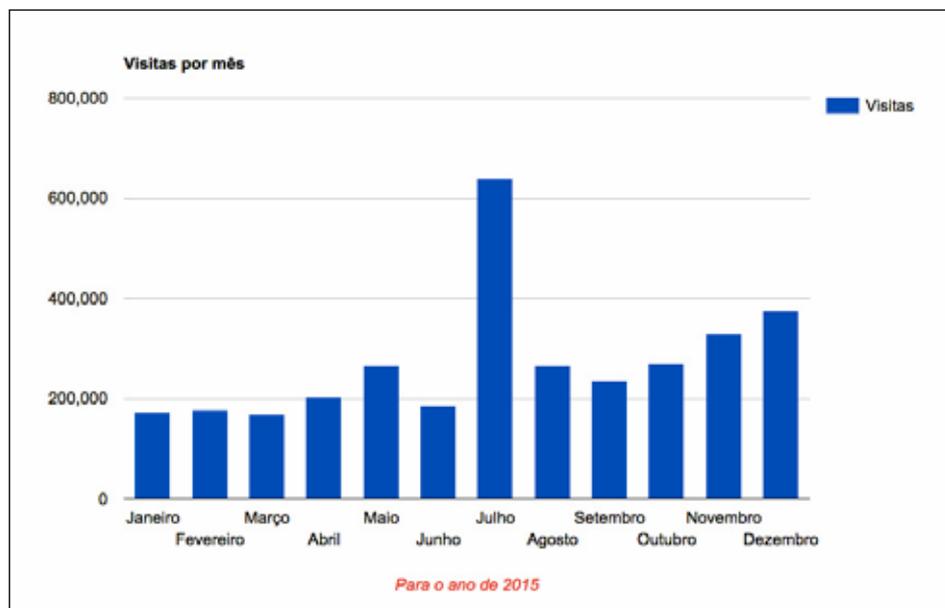
- 10h00 - Receção dos participantes
- 10h15 - Apresentação do Gabinete de Apoio Técnico da CNIS - Representante da CNIS/UDIPSS
- 10h30 - Análise das regras técnicas gerais sujeitas a ação inspetiva pelo ISS (Ana Rodrigues, Mafalda Jesus e Patrícia Monteiro, Gabinete de Apoio Técnico da CNIS)
 1. Identificação da entidade averiguada
 2. Instalações
 3. Condições de Segurança
 4. Higiene e Segurança Alimentar
 5. Condições de Higiene e Conforto
- 12h30 - Pausa para almoço
- 14h00 - Análise das regras técnicas gerais sujeitas a ação inspetiva pelo ISS (cont.)
 6. Recursos Humanos

- 7. Funcionamento das Respostas Sociais
 - 8. Organização Técnico Administrativa
 - 9. Comparticipação dos Utentes e seus Familiares
- 17h00 - Fim dos trabalhos
Destinatários: Dirigentes e Direção Técnica das Instituições das regiões

Centro e Sul Objetivos: Esclarecer as Instituições relativamente aos Guiões de Fiscalização disponibilizados pelo ISS; Apoiar tecnicamente as Instituições a responder às ações de fiscalização; Efetuar levantamento das necessidades das Instituições para preparar um acompanhamento mais personalizado que contribua para a melhoria do seu desempenho e aumento da eficácia da gestão.

SITE SOLIDARIDADE.PT

3,5 milhões de visitas em 2015



O site do jornal Solidariedade, no ano de 2015, registou 3,5 milhões de visitas, mais do dobro do que tinha sido o número de acessos em 2014. É a confirmação do acerto de uma estratégia de aposta no formato online, que teve início em Maio, há dois anos, por ocasião do décimo aniversário da segunda fase do projeto do órgão de comunicação social da CNIS.

A tendência de subida do número de visitas revela uma consistência durante todo o ano de 2015, apresentando um pico no mês de Julho, tendo atingido um recorde de 637 377 mil acessos. Fora esse mês atípico, o gráfico demonstra uma subida gradual que termina em Dezembro com quase 375 mil consultas a www.solidariedade.pt, o segundo lugar nos melhores meses.

Este reforço da visibilidade das realidades do setor social solidário tem que ver com a conjugação que tem sido feita, de forma paulatina, nas redes sociais, designadamente no facebook, onde são replicadas as matérias do site.

Se esmiuçarmos os números de 2015 verificamos que o dia em que o dia 17 de Julho foi o que teve maior tráfego. Nada mais nada menos que 286 880 visitas! No segundo lugar surge o dia 15 de Julho com 115 633 acessos. A média do ano transato foi de cerca de 10 mil por dia.

O registo dos assuntos que maior atenção merecem por parte dos que procuram a informação do site do jornal Solidariedade mostra também alguma coerência, o que reforça a ideia que tínhamos àcerca da importância do formato digital. A notícia sobre o "Orçamento de Estado para 2015" aparece na frente logo seguida pela "Candidaturas das IPSS a fundos comunitários" e pela consulta ao novo "Decreto-Lei 172 A/2014" que alterou os estatutos das instituições.

O ranking das matérias informativas mais procuradas revela um interesse superior no

Ano	Mês	Visitas	%
2015	Jan 1	16.377	0,48%
2015	Jan 2	16.894	0,49%
2015	Jan 3	1.772	0,05%
2015	Jan 4	16.376	0,48%
2015	Jan 5	12.388	0,35%
2015	Jan 6	1.827	0,05%
2015	Jan 7	15.889	0,46%
2015	Jan 8	8.139	0,23%
2015	Jan 9	16.887	0,49%
2015	Jan 10	16.792	0,48%
2015	Jan 11	11.768	0,34%
2015	Jan 12	16.819	0,48%
2015	Jan 13	9.488	0,27%
2015	Jan 14	16.514	0,47%
2015	Jan 15	8.824	0,25%
2015	Jan 16	11.136	0,32%
2015	Jan 17	24.982	0,72%
2015	Jan 18	12.886	0,37%
2015	Jan 19	9.179	0,26%
2015	Jan 20	11.814	0,34%
2015	Jan 21	11.779	0,34%
2015	Jan 22	11.325	0,33%
2015	Jan 23	11.281	0,33%
2015	Jan 24	11.828	0,34%
2015	Jan 25	11.408	0,33%
2015	Jan 26	1.827	0,05%
2015	Jan 27	11.401	0,33%
2015	Jan 28	13.107	0,38%
2015	Jan 29	17.274	0,50%
2015	Jan 30	11.768	0,34%
2015	Jan 31	9.322	0,27%
2015	Total	384.174	100%

que pode afetar o funcionamento das instituições e a situação de utentes e funcionários, o que nos permite pensar que muito do público-alvo do www.solidariedade.pt é constituído por pessoas relacionadas com o setor social solidário.

Outro dado a ter em consideração é o facto de continuar a haver um aumento daqueles que se registam no próprio site para receberem a newsletter do Solidariedade. São perto de 10 mil as pessoas que colocaram voluntariamente os dados pessoais no formulário de registo.

Resta dizer que para além deste sinal de reconhecimento do trabalho que está a ser desenvolvido pela redação nos conteúdos da internet, temos a noção de que o jornal no formato clássico, que chega a 5 mil pessoas e instituições de todo o país, continua a ser um veículo insubstituível na divulgação das boas práticas das IPSS, da dedicação dos dirigentes e funcionários, na inovação e empreendedorismo social, na revelação das pessoas que fazem com que as políticas sociais sejam uma realidade dinâmica e eficientes para o quotidiano de muitos milhares de cidadãos que precisam de ajuda.

O nosso lema é continuar a servir. Obrigado.

Página de Administração
SOLIDARIEDADE

Gestão > Menu > Estatísticas de Acesso > Por ano

Obter Estatísticas

Selecionar o ano:

Ano: 2015

Estatísticas do mês	
ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2015 DEZEMBRO DE 2014 [12192]	7.232 leituras
Candidaturas das IPSS a fundos comunitários ADREM EM JUNHO [12348]	6.306 leituras
Decreto-Lei 172-A/2014 ESTATUTO DAS IPSS [12179]	5.370 leituras
IPSS vão pagar mais 20 euros a cerca de 200 mil trabalhadores CNIS E SINDICATOS CHEGARAM A ACORDO [12490]	4.016 leituras
Missão e Orgãos Sociais CNIS [34]	3.326 leituras
A porta dos Fundos PORTUGAL 2020 [12311]	3.183 leituras
CNIS apresenta propostas em Conselho Geral ESTATUTO DAS IPSS EM REVISÃO [12078]	3.102 leituras
Fale connosco [39]	2.997 leituras
Organizações Filantrópicas - Portugal OFERTAS DE EMPREGO [4381]	2.151 leituras
Abertas candidaturas para compensar IPSS SALÁRIOS DOS EDUCADORES DE INFÂNCIA [12180]	2.133 leituras

15 de Janeiro - Dia da CNIS

CONVITE



Fátima, Abrigo de Peregrinos Paulo VI
(09:00h – 13:00h) seguido de almoço no local

Desenvolvimento do Estado Social

Pretendemos contar com presença de dirigentes das Uniões Distritais e das Federações, para refletir em conjunto, sobre o desenvolvimento do Estado Social.

Contaremos como oradores com:

- Dr^a Teresa Fernandes
- Prof. Jorge Miranda
- Prof. F. Ribeiro Mendes

Colocarão pistas de reflexão sobre o tema, para o debate que se seguirá, com a participação de todos.

A vossa presença é fundamental

Inscrições através da sede da CNIS - Até 12 de Janeiro

A CNIS contribuirá com apoio para deslocações e estadia, para 3 dirigentes, até ao valor de 70€ por pessoa, nos casos em que a distância o justifique.

CENTRO COMUNITÁRIO DE SÃO CIRILO, PORTO

Capacitar nacionais e estrangeiros que tudo perderam

No coração do Porto surgiu em 2010 o Centro Comunitário de São Cirilo, uma comunidade de inserção criada pelos jesuítas e que acolhe e (re)capacita pessoas e famílias estrangeiras e nacionais a passar alguma fase temporária de fragilidade social. Neste objeto integram-se pessoas despejadas das suas casas, sem-abrigo que querem sair da rua e encontrar trabalho, estrangeiros que perdem o emprego e sem retaguarda familiar de suporte e todos aqueles que de alguma forma perderam o chão, mas pretendem reconquistá-lo.

“O sonho desta casa nasceu em 2005, sobretudo ligado à comunidade dos Jesuítas, onde muita gente, entre 2001 e 2004, quando havia uma grande comunidade de imigrantes, sobretudo ucranianos, lá ia bater à porta. Era gente que não falava Português, não tinha emprego e não tinha retaguarda de apoio. Este Centro nasce da ideia de criar uma estrutura que permitisse receber e capacitar essas pessoas. Quase como que uma estação de serviço que assistisse essas pessoas para que depois pudessem seguir viagem”, conta o padre jesuíta Filipe Martins, que preside à instituição.

Inicialmente, a ideia era apoiar imigrantes económicos que estivessem a passar dificuldades, mas ainda antes da abertura de portas, a 4 de janeiro de 2010, o propósito foi alterado, pois com o advento da crise económica que assolou o País em 2008, levantou-se uma questão: Criar uma instituição só para imigrantes ou também para cidadãos nacionais?

“Percebeu-se logo que seria também para nacionais e houve até uma alteração de estatutos. E quando olhamos para os números, hoje na casa temos metade de estrangeiros e outra de nacionais”.

“Uma das coisas engraçadas na casa é a mistura muito harmoniosa entre nacionais e estrangeiros. Não creio que haja dificuldades nesse aspeto, até em termos de sentimentos racistas, é tudo muito harmonioso”, congratula-se o padre Filipe Martins.

É grande a diversidade de pessoas que procuram o Centro Comunitário, mas todas elas têm pontos em comum, como aponta Paula Ferreira, diretora-técnica da instituição: “As pessoas nacionais que nos procuram são gente de muito baixos rendimentos, isoladas e mais do sexo masculino. Muitos migrantes de outras zonas do País, que perderam o emprego e cuja situação familiar ficou comprometida. Quando nos procuram é já numa fase muito aflitiva, quando já não têm emprego, nem casa, já não têm nada. O nosso papel é evitar que essas pessoas vão parar à rua. Não somos uma instituição que apoia sem-abrigo, no sentido mais estrito, mas auxiliamos pessoas que

estão numa fase muito difícil das suas vidas e que querem voltar a reinserir-se na sociedade”.

Já os imigrantes são gente que perdeu o emprego e não tem forma de sobreviver e de sair dessa situação sem ajuda.

“O nosso público estrangeiro é, essencialmente, formado por imigrantes económicos, alguns recém-chegados, mas a maioria gente que já cá está há algum tempo e que perdeu o emprego. Estas pessoas têm um drama adicional quando perdem o emprego, é que ficam sem contrato de trabalho e na altura de renovar a autorização de residência não tem condições para o fazer. Este risco de ter que abandonar o País é um drama para eles”, refere a técnica.

Neste apoio à comunidade, a instituição, como explica o padre Filipe Martins, está estruturada em cinco serviços.

“Assim, temos o alojamento até 18 camas (masculino, feminino e também familiar), temos as pessoas apoiadas em refeição, só ao almoço, sete dias por semana, com uma capacidade para 20 refeições, e ainda temos as famílias apoiadas em cabaz semanal, sobretudo com produtos oferecidos pelas lojas Pingo Doce, com as quais temos uma parceria muito forte”, revela o responsável pela instituição desde 2012, acrescentando: “Estes três serviços integram-se em algo mais vasto a que chamamos Projeto de Vida. Isto não se prende só com a metáfora do peixe e da cana de pesca, mas vai mais além, porque estas pessoas, juntamente com os técnicos, desenham e comprometem-se com um percurso de recapacitação, com formação, procura de emprego, resolução de questões de dívidas ou legais se existirem. E, por isso, é que não somos um centro de acolhimento de emergência. No fundo, estamos na fase anterior, ou seja, antes das pessoas caírem na rua, ou na fase de recapacitação, ou seja, trabalhando com pessoas já minimamente reestruturadas e prontas para seguir viagem. O Projeto de Vida aqui é muito importante. Estes são os serviços a que chamamos os três públicos”.

A estes três serviços acrescem mais dois: “São dois serviços que chegam a famílias de alguns bairros complicados da cidade, que aqui vêm buscar o cabaz, que são sempre acompanhados pelo gabinete de emprego e que vão participando nas formações. As pessoas quando entram comprometem-se a isso. Para acompanhar estas pessoas temos quatro gabinetes multidisciplinares (Educação Social, Jurídico, Psicologia e Emprego). Finalmente, temos o serviço de proximidade, que já é de emergência, como duche para sem-abrigo, lavanderia e banco de roupa”.

Em termos de números, no âmbito dos três



grupos de gente alojada, gente de refeição e das famílias apoiadas, a média de frequência é de 106 pessoas/mês. Por outro lado, em Outubro último houve 120 pessoas a recorrer aos gabinetes multidisciplinares.

A todo este universo de pessoas que é apoiada pela instituição, juntam-se as pessoas que frequentam as aulas de Português, de Inglês e de Informática.

No que toca ao tempo de duração do apoio, a instituição está, com a anuência da Segurança Social, a alterá-lo.

“Nos nossos regulamentos e nos acordos que temos está previsto que sejam seis meses, mas já nos apercebemos que é apenas uma meta que não corresponde à realidade, porque há diversas dimensões na vida das pessoas que precisam de ser trabalhadas e o que estipulamos sempre é que será um ano para nacionais e, eventualmente, 18 meses para estrangeiros. O que estava acordado era ser seis meses para nacionais e um ano para estrangeiros, por causa da questão da língua. No entanto, estes prazos podem ser dilatados após avaliação técnica, porque ninguém vai embora desde que vá cumprido com os objetivos e não se consiga autonomizar”, explica Paula Ferreira, acrescentando: “Pelo trabalho que temos desenvolvido ao longo destes cinco anos temos feito algumas avaliações e concluímos que é muito difícil uma pessoa, com imensas fragilidades, conseguir autonomizar-se em seis meses. Mesmo 12 meses era um bocadinho utópico, daí que vamos ajustando e a própria Segurança Social acha que faz sentido”.

Mas também aqui as situações podem variar, como refere o presidente da instituição: “Há gente que está aqui há dois, três anos, mas se essa pessoa é proactiva, não a podemos pôr na rua. À pessoa cabe procurar emprego, não lhe cabe encontrar emprego, por exemplo. Em sentido contrário, há gente que pensamos que o processo vai ser longo e rapidamente se resolve e também nesse aspeto temos tido experiências variadas”.

Já quanto a taxas de sucesso, “a perceção quantitativa é que em 2014 conseguimos 40 empregos, o que é bom, e cerca de três quartos de autonomizações com sucesso”, revela o padre Filipe Martins, ao que Paula Ferreira acrescenta: “As mulheres contam muito para a taxa de sucesso, porque, normalmente, autonomizam-se mais rapidamente através dos serviços domésticos. Mesmo para os homens este ano de 2015 também correu muito bem”.

Neste particular, a instituição tem algumas parcerias que contribuem para estes números, sendo que o padre Filipe Martins destaca uma característica interessante: “As pessoas que saem daqui sentem que devem ser nossos embaixadores, daí quererem cumprir bem o trabalho para abrir as portas a outras pessoas que aqui estão. Por outro lado, a avaliação qualitativa também é boa, porque as pessoas estão contentes”.

Tipificando os públicos que procuram o Centro Comunitário de São Cirilo, Paula Ferreira indica que, “em termos de nacionais, são mais homens e de estrangeiros, sobretudo, pessoas isoladas”. No entanto, a instituição tem capacidade, também, para albergar uma família, no chamado quarto familiar, que “está

ocupado por uma família do Quirguistão, composta por duas irmãs, a mãe e duas crianças”.

Em cinco anos de atividade, a instituição já acolheu 4600 pessoas de 95 nacionalidades, sendo 2.595 estrangeiras e 1.985 nacionais.

“Temos gente de diversos países de Leste, como Ucrânia, Rússia, Letónia ou Polónia, mas também do Nepal, China e Índia, entre muitas outras. É uma panóplia muito grande, alguns só para as aulas de Português e em que a maioria acaba por ser de África e do Leste da Europa”.

Já em termos de habilitações literárias também há um pouco de tudo, como médicos, engenheiros, gente que terminou o mestrado e analfabetos. “Em termos de imigrantes o leque é vasto, já em termos dos nacionais é mesmo de escolaridade baixa”, sublinha Paula Ferreira.

Com um acordo atípico com a Segurança Social e sem poder contar com comparticipações dos utentes, a situação financeira da instituição é semelhante ao andar no fio da navalha.

“Esta casa vive mal... Temos um acordo atípico com a Segurança Social e essa relação tem sido muito boa. O valor não é suficiente para os nossos gastos e se só vivéssemos disso a casa fechava as portas num instante”, explica o presidente, acrescentando: “Tivemos algum financiamento do Alto Comissariado para as Migrações e estamos à espera do Portugal 2020 para apresentar algumas candidaturas. Depois, temos dois tipos de donativos, um a nível «pro bono», desde os seguros à alimentação do Pingo Doce e ainda de uma empresa que nos fornece os produtos de limpeza, o que é uma grande ajuda, porque evita despesas. E há ainda gente que nos dá donativos ocasionalmente. Estamos, neste momento, a tentar fazer crescer o número do que chamamos os Amigos. A ideia não é que sejam dadores líquidos, mas gente que se identifica com esta causa da capacitação e que nos ajuda a crescer. E as pessoas têm aderido. Em termos financeiros temo-nos mantido à tona de água. O banco com que trabalhamos tem feito um esforço grande a nível dos financiamentos, mas diria que estamos na linha de água. Ainda temos uma dívida de construção para saldar e tem sido o que tem desequilibrado as contas. Por outro lado, a consignação fiscal tem sido também uma grande ajuda, porque depois de explicarmos o que fazemos, muita gente nos tem contemplado com essa benesse”.

Como projetos, o Centro São Cirilo pretende apresentar candidaturas ao Portugal2020 no âmbito da formação nas áreas em que há mais empregabilidade, como serviços domésticos ou de empregados de mesa.

“Equacionámos lançar um negócio social, mas chegámos à conclusão que este, se calhar, não é o momento. Seja porque o negócio social parece uma coisa mais bonita do que é a nível da rentabilidade, seja porque também estamos a estabilizar uma série de coisas na instituição e a implementar instrumentos novos de avaliação. Gostávamos muito de avançar com estas formações certificadas e de crescer nesta relação com a rede social e com os parceiros empresariais ou individuais. Gostaríamos de crescer para podermos também alargar a base das pessoas que apoiamos. O sonho é poder continuar a acompanhar bem estas pessoas que nos procuram, poder crescer na formação



e na angariação de financiamentos. Não queremos crescer com grandes coisas, mas sustentadamente, e poder continuar acompanhar bem. Mais do que projetar grandes sonhos, queremos poder colmatar pequenas faltas aos nossos utentes, que nas suas vidas têm grande importância”, sustenta o padre Filipe Martins, rematando: “Para além da formação com os voluntários, os utentes têm ainda uma formação transversal, que é sempre com pessoal da equipa técnica, a nível de relações humanas,

objetivos pessoais, deveres de cidadania, ou apoios sociais. No fundo, não procuramos apenas a capacitação técnica, mas também a capacitação humana”.

Com um corpo de 12 funcionários, a instituição assenta muito da sua ação no trabalho voluntário. De momento são cerca de 60, que se dividem pela recolha de produtos alimentares e pelas ações de formação.

ABA SHALOM, ÁGUEDA

Apoiar comunidades que mais ninguém quer ajudar

No ano de 2016 celebrar-se-á a primeira década de vida da Associação Baptista de Águeda Shalom, instituição que, apesar de todas as dificuldades e vicissitudes, se tem afirmado e crescido no apoio a uma população composta essencialmente por minorias étnicas, em que a comunidade cigana assume papel de relevo.

Uma creche, para 60 crianças, é a resposta social principal da Shalom e foi o ponto de partida para a instituição, que, entretanto, já alargou o seu apoio à população.

“O Centro de Apoio Comunitário veio por acréscimo, porque sentíamos que todas as famílias das crianças que temos em creche, e que são provenientes de minorias étnicas e imigrantes, como ciganos e moldavos, ucranianos, russos, cabo-verdianos, angolanos, necessitavam de ajuda”, começa por dizer Acácio Oliveira, presidente da instituição e um dos seus grandes impulsionadores, acrescentando: “Vendo essas famílias de baixíssimos rendimentos, em que algumas nada pagam porque não há rendimentos para cálculo, tivemos necessidade de recorrer ao Banco Alimentar Contra a Fome de Aveiro, algo que foi extremamente difícil de conseguir perante a grande lista de espera que o próprio tinha. Após uma visita do Banco Alimentar e dado o contexto social desta zona, de Vale Domingos, Gravanços, Ameal até à Carvalhosa, onde temos quatro comunidades ciganas, a situação foi desbloqueada. Apoiamos ainda um bairro social aqui junto a nós e que foi construído para famílias de ex-Retornados de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde, depois de cerca de 20 anos a viverem em casas pré-fabricadas”.

Face ao contexto social muito deprimido, a Shalom sentiu a necessidade de criar um Centro de Apoio Comunitário, que para além do apoio alimentar, recorrendo igualmente ao FEAC (Fundo Europeu de Apoio a Carenciados), tem ainda desenvolvido outras atividades para apoiar estas famílias, através da ajuda de roupa, de calçado e de produtos de higiene.

E se o «core business» da instituição é a creche, os responsáveis da Shalom querem estender ainda mais esse apoio e têm uma série de projetos em mente e alguns já em marcha.

“Neste momento estamos para arrancar com uma lavandaria social, um projeto denominado «Bem-Me-Quer» e que vem ao encontro das necessidades das famílias que servimos”, revela Acácio Oliveira, especificando: “O projeto «Bem-Me-Quer» nasce da necessidade de apoiar as famílias na lavagem e secagem da roupa. Então, através de uma candidatura à Worten conseguimos uma máquina de lavar roupa, uma de lavar loiça e um fogão. Vendemos a máquina de lavar loiça e compramos uma outra de lavar roupa. Através de outra candidatura veio financiamento para máquinas industriais e compramos duas máquinas industriais, uma de lavar e outra de secar”.

A intenção da Shalom é apoiar famílias, muitas delas desestruturadas, com alguns membros na cadeia por crimes vários e que vivem em habitações com poucas condições. Para além da lavandaria social, que será instalada num edifício junto ao equipamento da creche e formado por seis contentores unidos entre si e que serve igualmente de armazenamento para todos os produtos doados à instituição no âmbito do Centro de Apoio Comunitário. Ao lado deste pequeno complexo de contentores, a que foi dado o nome de Casa Moleirinho, os responsáveis da Shalom pretendem colocar um outro contentor e instalar ali uma loja social.

Trabalhando para uma população muitas vezes difícil e de hábitos muito peculiares e próprios, a Shalom aderiu ao Projeto ABC (Aprender, Brincar e Crescer), da Fundação Bissaya Barreto e do Ministério da Educação, que se destina a todas as crianças que estão fora das creches e do Pré-escolar.

“A nossa ideia é quando as famílias trouxerem a roupa para lavar, tragam também as crianças e é nessa altura que colocamos em prática o Projeto ABC. E enquanto esperam que a roupa lave e seque, duas técnicas do projeto vão estar a ensinar as mães a cozinhar comida de qualidade e fazer outras atividades domésticas, para além de darem algum apoio às próprias crianças”, explica o presidente da instituição, que revela ainda outro desejo: “Temos lutado muito para conseguir o Pré-escolar, mas por muita pena minha o CLAS não nos aprova a abertura de uma nova valência. Aliás, nunca consegui aprovar nenhuma proposta. Para além de nós, ninguém apoia os ciganos, mas, por exemplo, referenciámos 10 famílias para SAD, mas as três tentativas que fizemos não foram aprovadas no CLAS. Com o Pré-escolar é a mesma coisa. Entretanto, reclamámos, fizemos uma exposição à DGEST, que nos veio visitar, mas identificou o problema da falta de uma sala polivalente, sem a qual o Pré não pode avançar”.

Este desejo de Acácio Oliveira entronca num problema que a instituição enfrenta em todos os arranques de ano letivo, pois no final de cada ano a instituição perde quase 30 crianças para o Pré-escolar, arrancando os novos anos letivos sempre em défice de alunos.

“Se o Pré-escolar avançasse reduziríamos à creche e nasceria o Pré e, assim, ficaríamos com 35 crianças em creche e 25 em Pré e manteríamos a capacidade de 60 crianças para a qual o edifício foi construído. Desta forma não teríamos, no início do ano, algumas funcionárias sem nada para fazer. O problema é que a política de revisão dos Acordos de Cooperação levanta algumas preocupações algumas instituições e os tubarões acabam com as sardinhas e, por isso, é que já houve uma instituição que fechou no centro da cidade e há outra em Asseguins perto de fechar. Nós não temos tido problemas porque trabalhamos com quem faz filhos”, sustenta, explicando “o drama de poucas crianças” que a Shalom viveu



até determinada altura: “Como não temos Pré-escolar, todos os anos perdemos entre 22 a 28 crianças, são duas salas! Estamos a tentar conquistar a valência de Pré-escolar por isso, mas a verdade é que todos os anos perdemos crianças, e não é em um ou em dois meses que conseguimos recuperar esse número. Abrimos

sempre o ano com cerca de 30 crianças apenas, então por volta de maio, junho começamos a sinalizar as grávidas quando vêm aqui buscar os alimentos. E já que aqui vêm buscar comida, roupa e outras coisas, colocam também aqui as crianças na creche. Conquistamos os pais pelos serviços prestados e pela excelência das



instalações e ainda aquilo que lhes damos”.

Mais do que a falta de crianças, a questão é levar os pais a coloca-las na instituição.

“Estas são comunidades com bastantes filhos. Há aqui gente, pobre, que tem aos oito e aos nove filhos, muitos casos de mães solteiras e filhos de pais delinquentes. Gerir tudo isto não é fácil, mas as funcionárias também conhecem muito bem a realidade e são elas próprias que fazem essa captação”, acrescenta, revelando que, na maioria dos casos, as crianças rumam à Bela Vista “uma instituição que também teve sempre essa visão e todas as crianças que saem da Shalom são lá acolhidas”.

Trabalhando com famílias muito carenciadas, na maioria dos casos beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI), a gestão da instituição tem que ser muito cuidada, até porque ainda há dívidas à Banca e a particulares para saldar, provenientes da construção do edifício-sede.

“A família mais rica que é utente da creche é a minha, porque os meus netos têm passado por aqui, até para servir de exemplo. De resto, todas as crianças são oriundas de meios familiares carenciados. Temos um teto na mensalidade de 150 euros, mas nenhum lá chega”, refere, explicando: “A média da mensalidade era, no ano passado, de 21 euros. Por isso, a gestão da instituição é feita ao cêntimo. Esta instituição é gerida apenas por duas famílias e já o fazemos há uns anos, porque ninguém quer tomar conta de uma coisa que sabe que ao mínimo descuido ela cai. A gestão é facilitada porque temos uma equipa de funcionários extraordinária, que sente a casa como dela”.

Apesar das baixas mensalidades, a Shalom também se debate com um problema transversal à maioria das IPSS, as dívidas dos utentes.

“É verdade, mesmo assim ainda temos alguns problemas de cobrança e todos os anos temos imparidades na ordem dos 3.000/3.500 euros, o que é significativo para uma instituição como esta”, afirma Acácio Oliveira, acrescentando: “Depois, ainda vamos tendo algumas ajudas e, por exemplo, em termos financeiros alguns sócios são muito solidários, que para além de pagarem a quota ainda acrescentam alguns donativos. E é com estas verbas que muitas vezes vamos colmatando os valores daquelas famílias que não pagam”.

Olhando o quadro geral, o presidente da Shalom sustenta que “a parte financeira está equilibrada porque a casa é gerida ao cêntimo”, no entanto: “Neste momento estamos na linha de água em termos financeiros, mas não temos lastro. Se houver algum inconveniente grande e imprevisível teremos que nos socorrer e primeiro grande desafio que temos em mãos é a substituição de uma das carrinhas, que termina a vida útil de 16 anos em Agosto próximo. As carrinhas estão boas e em condições, mas a lei não permite que ela possa continuar a ser usada, pelo que estou agora num desafio muito grande que é arranjar uma carrinha nova”.

E, no caso da Shalom, o transporte é essencial, pois caso contrário poucas ou nenhuma criança iriam à creche.

“Temos transporte, porque de outra forma não tínhamos cá as crianças, porque a maioria das famílias não tem transporte próprio”, argumenta.

Foi no ano 2000 que o pastor Heitor Gomes lançou a ideia à comunidade Evangélica Baptista de Águeda para a criação de uma ligação mais social à comunidade local, que não apenas a questão religiosa da igreja. Por outro lado, também o edil, de então, Castro Azevedo apoiou o projeto, prometendo alguns apoios, sempre necessários nestas obras, com o intuito de que nascesse uma instituição social que apoiasse as populações de Vale Domingos, onde viviam e vivem uma série de comunidades muito carenciadas.

A ABA Shalom constituiu-se, adquiriu o estatuto de IPSS e, fruto de uma candidatura ao FEDER, avançou para a construção do equipamento que hoje alberga a creche.

Porém, o novo edil pouco ou nada apoiou e a candidatura foi aprovada, mas sem financiamento para o terreno, nem para o projeto, “para além de mais uma série de coisas”. Assim, a Shalom teve que encontrar e comprar o terreno e mandar fazer o projeto a expensas próprias o que acabou por encarecer todo o projeto inicial.

“Foram-nos atribuídos quase 500 mil euros, mas tivemos que encontrar e comprar um terreno por nossa conta. No início vimo-nos confrontados com a falta de dinheiro e nem sequer tínhamos verba para o projeto. A obra



arrancou, mas as dificuldades financeiras eram muito grandes”, recorda Acácio Oliveira, que, hoje, com satisfação diz: “A comunidade olha-nos com muito respeito pelo trabalho que fazemos, porque vivemos a realidade das comunidades carenciadas”.

E como seria o Vale Sobreirinhos sem a Shalom? “Como a encontrámos, com as crianças nos bairros ao Deus dará e sem qualquer apoio. Fome não tinham, porque a droga passava muito facilmente, mas hoje já

não é assim”, responde Acácio Oliveira, que recorda ainda: “Ganhar a confiança destas comunidades foi complicado, as mães sentavam-se aqui à porta e não podiam ouvir uma criança chorar que entravam logo pela instituição adentro. Não podíamos levar as crianças à praia, nem a ver o Pai Natal... Hoje são as famílias que querem o Pré-escolar, para que as crianças aqui continuem”.

FUNDAÇÃO ADFP, MIRANDA DO CORVO

Projeto “Mentes Brilhantes” vence Prémio Manuel António da Mota

A Fundação ADFP – Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional, com sede em Miranda do Corvo, distrito de Coimbra, venceu o Prémio Manuel António da Mota, no valor de 50 mil euros, pelo seu projeto “Mentes Brilhantes”.

O vencedor do prémio, criado em 2010 pela Fundação Manuel António da Mota, conhecido numa cerimónia na Alfândega do Porto, no dia 13 de Dezembro.

De acordo com a organização, a Fundação ADFP mereceu a preferência do júri pelo seu projeto “Mentes Brilhantes”, que visa “despertar nos alunos dos extratos mais desfavorecidos o gosto pela aprendizagem e pelo conhecimento, incrementando a sua cultura científica de modo a potenciar o talento dos estudantes através de um conjunto de atividades lúdico-pedagógicas, complementando papel da escola em áreas do saber que não são tão exploradas”.

O presidente da Comissão Executiva da Fundação Manuel António da Mota, Rui Pedroto, afirmou que nesta 6.ª edição do prémio, dedicada

ao tema da inovação social, a Fundação quis “enaltecer as instituições que se notabilizam na apresentação de iniciativas inovadoras de elevado impacto social e que visam dar resposta a questões sociais de maior atualidade e premissa, designadamente as relacionadas com a educação, emprego e combate à pobreza e exclusão social, e que constituem importantes desafios com que Portugal se confronta nos anos vindouros”.

“Estamos muito satisfeitos com os resultados alcançados com o Prémio Manuel António da Mota, excedendo as nossas melhores expectativas”, acrescentou o responsável.

A Fundação ADFP – Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional é uma instituição particular de solidariedade social que prossegue a atividade da Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional, nascida em 1987 e sediada em Miranda do Corvo.

A Fundação presta apoio nas áreas da infância, deficiência, doença mental, idosos, saúde e formação profissional, dispondo ainda de



atividade cultural e desportiva, além de ser parceira do município de Miranda do Corvo no projeto do Parque Biológico da Serra da Lousã.

A organização do prémio destaca que a Fundação ADFP “investe em pessoas através da criação e inovação de respostas sociais, orientadas para o convívio intergeracional, a integração de pessoas com deficiência, doença mental ou minorias étnicas e promoção do desenvolvimento sustentado”.

A Fundação Manuel António da Mota premiou ainda, com menções honrosas, a Associação Conversa Amiga, a Associação Fazer Avançar, a Câmara de Torres Vedras (projeto ISA), Censo, Fisoot (Formação, Integração Social e Ofertas

de Oportunidades de Emprego), Just a Change, LEQUE, Re-Food 4 Good Associação e os Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra.

O Prémio Manuel António da Mota foi criado em 2010 com o objetivo de reconhecer anualmente organizações e personalidades que se destaquem nos vários domínios de atividade da Fundação com o mesmo nome.

O galardão pretendeu este ano “enaltecer os esforços desenvolvidos pelas organizações que se distinguem pelo caráter inovador dos seus projetos na resposta aos problemas sociais do país, mormente nas áreas da educação, emprego e luta contra a pobreza e exclusão social”.





SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

ECONOMIA SOCIAL



ENTIDADE FORMADORA CERTIFICADA

CIÊNCIAS EMPRESARIAIS
- Contabilidade e Finanças
- Gestão e administração
- INFORMÁTICA
- Informática de aplicação de utilizador

“Continuar a crescer na formação”

• Consulte o plano de formação F3M para 2016 em www.f3m.pt

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS (Licenciamento e SaaS)

SOLUÇÕES WEB

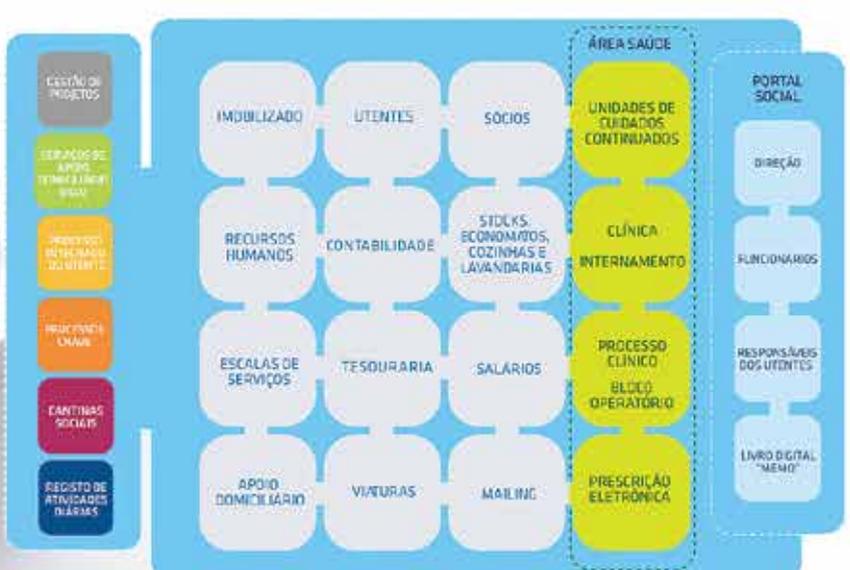
PUBLICAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO (DL n.º 172-A/2014)

A F3M é o parceiro estratégico do Montepio na oferta de soluções informáticas para a Economia Social.



Montepio

Valores que crescem contigo.



2016: O PRINCÍPIO DO FIM DA AUSTRERIDADE?

Governo repõe cortes salariais da função pública, sobe SMN e reduz CES e Sobretaxa de IRS

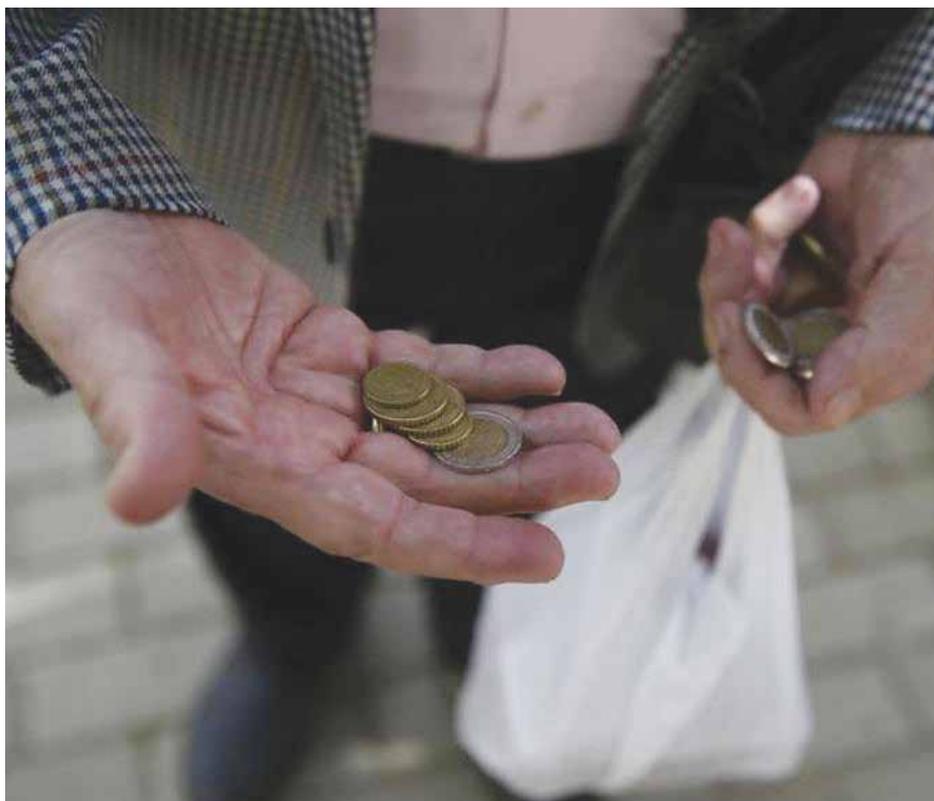
O XXI Governo Constitucional, liderado pelo socialista António Costa, tomou posse a 26 de novembro e, no primeiro mês, as medidas aprovadas centraram-se na reposição de rendimentos e na revogação de diplomas do anterior executivo PSD/CDS-PP.

Além de medidas aprovadas diretamente pelo executivo do PS - apoiado em acordos de incidência parlamentar com BE, PCP e PEV -, a esquerda também se tem unido no parlamento para aprovar diplomas na Assembleia da República, como a revogação dos exames do 4.º ano, e alguns por várias vezes rejeitados em anteriores legislaturas pela maioria PSD/CDS, como a adoção por casais homossexuais. No primeiro mês, o Governo viu-se forçado a apresentar o seu primeiro Orçamento Retificativo -- devido à resolução do Banif -- que só foi aprovado pela abstenção do PSD, já que todos os restantes partidos votaram contra o diploma.

A reposição faseada da totalidade dos cortes salariais no setor público até ao início do quarto trimestre de 2016 foi aprovada no parlamento no dia 18 de dezembro, com os votos favoráveis do PS, Bloco de Esquerda, PCP, "Os Verdes" e PAN, e contra do PSD e do CDS-PP.

Em 2015, o governo PSD/CDS-PP repôs 20% da totalidade dos cortes salariais aplicados desde a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2011, elaborado pelo segundo executivo liderado por José Sócrates. Com a aprovação do projeto de lei do PS, a fatia de 80% será reposta a um ritmo de 25% em cada trimestre, o que permite que os trabalhadores do setor público recebam integralmente os respetivos vencimentos em outubro de 2016.

A redução para metade em 2016 da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) que incide sobre as pensões mais elevadas foi aprovada no parlamento a 18 de dezembro com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS e PAN e com a oposição das restantes bancadas. Este diploma foi a primeira matéria considerada importante para o PS que os socialistas conseguiram aprovar na Assembleia da República por terem os votos favoráveis do PSD e do CDS, uma vez que tanto o BE, como o PCP e o PEV votaram contra. O deputado do PAN também votou favoravelmente. A proposta do PS para a CES propõe uma redução para metade desta contribuição, estabelecendo que, em 2016, seja de 7,5% para o montante de pensões que exceda os 4.611,42 euros, mas que não ultrapasse os 7.126,74



euros, e que seja de 20% para o valor das pensões acima deste valor. Em 2017, a CES deixa de se aplicar.

A aplicação da sobretaxa de IRS em 2016, que será eliminada no escalão mais baixo de rendimentos e progressiva nos seguintes, permanecendo nos 3,5% para as famílias que ganhem mais de 80.000 euros, foi aprovada no parlamento no dia 18 de dezembro. Os contribuintes que auferirem até 7.070 euros não pagarão sobretaxa no próximo ano. Neste escalão do IRS, estão quase 3,5 milhões de agregados, que representam mais de metade das famílias que pagam IRS, mas que pagaram apenas 2,3 milhões de euros a título de sobretaxa em 2014. Os contribuintes do segundo escalão de rendimentos, entre os 7.000 e os 20.000 euros anuais, vão continuar a pagar sobretaxa em 2016 mas a uma taxa reduzida de 1% e para as famílias do escalão seguinte, entre os 20.000 e os 40.000 euros, a sobretaxa passará para os 1,75% no próximo ano. A sobretaxa das famílias com rendimentos anuais entre 40.000 e 80.000 euros será de 3% em 2016 e manter-se-á nos 3,5% para os contribuintes que ganhem mais de 80.000 euros por ano.

O parlamento aprovou o Orçamento Retificativo de 2015 dia 23, apresentado na sequência do resgate ao Banif, anunciado pelo Governo e o Banco de Portugal. O resgate ao Banif passa pela aplicação

de uma medida de resolução ao banco e pela venda de parte da atividade deste ao Santander Totta (por 150 milhões de euros), numa operação que envolve um apoio público estimado em 2.255 milhões de euros. O Orçamento Retificativo foi aprovado com os votos favoráveis do PS, a abstenção do PSD e os votos contra do BE, PCP, CDS-PP, PEV e PAN.

Os três deputados do PSD eleitos pela Madeira - Sara Madruga, Rubina Berardo e Paulo Neves - votaram favoravelmente o texto.

A subida do salário mínimo nacional (SMN) para os 530 euros a partir de 01 de janeiro de 2016 foi aprovada pelo Governo em Conselho de Ministros a 23 de dezembro, sem um acordo em sede de concertação social. O facto de não ter sido possível chegar a um acordo com os parceiros sociais levou a que o Governo tenha decidido aprovar a medida, deixando cair em 2016 a manutenção do desconto de 0,75 pontos percentuais em sede de Taxa Social Única (TSU) para as empresas. O executivo apresentou uma proposta de aumento do SMN para a legislatura, começando pelos 530 euros no próximo ano e terminando nos 600 euros em 2019. Para chegar aos 600 euros em 2019, o executivo propõe, no seu programa de Governo, que no próximo ano o SMN seja de 530 euros, passando para os 557 euros em 2017 e para os 580 em 2018.

A redução do valor das taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde e a venda de medicamentos oncológicos e para o VIH/sida em farmácias comunitárias são algumas das novidades já anunciadas pelo Governo na área da saúde e que serão aplicadas em 2016. As alterações nas taxas moderadoras devem passar por não cobrar o seu pagamento nas urgências hospitalares aos doentes previamente referenciados pela Linha Saúde 24. A venda de medicamentos oncológicos e para o VIH/sida em algumas farmácias comunitárias, quando estes fármacos atualmente só estão disponíveis em farmácias hospitalares, é outra das medidas.

O fim dos exames do quarto ano, que pesavam 30 por cento na nota final do aluno, e da prova de avaliação docente foram duas conquistas para os professores na área da educação. A 27 de novembro, o parlamento aprovou o fim dos exames do 4.º ano de escolaridade, com os votos favoráveis do PS, do PCP, do Bloco de Esquerda, do PEV e do PAN e votos contra do PSD e CDS-PP. A 11 de dezembro, o parlamento decidiu terminar, em 2016, com a Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades dos professores contratados (PACC), assim como o regime de requalificação dos docentes.

A Assembleia da República aprovou a 18 de dezembro, em votação final global, a revogação à lei da interrupção voluntária da gravidez (IVG) que tinha introduzido taxas moderadoras e a obrigatoriedade das mulheres irem a consultas com um psicólogo e um técnico social. Em causa está o fim da introdução de taxas moderadoras na prática da IVG, a obrigatoriedade de a mulher comparecer a consultas com um psicólogo e um técnico de serviço social, bem como o fim do registo pelos médicos objetores de consciência, que passaram, assim, a poder participar nas várias fases do processo, incluindo o período para o aconselhamento obrigatório, até à prática do aborto.

A Assembleia da República aprovou a 18 de dezembro, em votação final global, a adoção por casais do mesmo sexo com os votos favoráveis da maioria de esquerda, do PAN e de 17 deputados do PSD. Com esta aprovação, são eliminadas as restrições impostas na lei à adoção de crianças por casais homossexuais em união de facto e por casados com cônjuges do mesmo sexo. A possibilidade é alargada à figura do apadrinhamento civil de menores.

MACÁRIO CORREIA, DIRIGENTE DA CNIS

CNIS desempenha papel insubstituível no panorama das políticas sociais

Ficou surpreendido com o convite feito pelo presidente da CNIS para integrar a direção da confederação, eleita há um ano. Macário Correia, engenheiro agrónomo e arquiteto paisagista pelo Instituto Superior de Agronomia de Lisboa e mestre em economia rural pelo Instituto Agronómico Mediterrânico de Montpellier, desenvolvia trabalho social enquanto presidente do Conselho de Administração da Fundação Irene Rolo e presidente da direção do Centro Social de Santo Estêvão em Tavira. Aceitou o convite com o espírito de serviço que o caracteriza.

Foi deputado, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais e Secretário de Estado do Ambiente e Defesa do

Consumidor, presidente da Câmara Municipal de Tavira e, até 2013, presidente da Câmara Municipal de Faro. Saiu acochado por um processo judicial que ainda hoje tem alguns desenvolvimentos. Garante que não perdeu o mandato e queixa-se de perseguição por parte de uma justiça, aparelhada com a comunicação social, que interpretou mal as leis.

Macário Correia, há um ano na direção da CNIS, afirma que a

confederação tem um papel social insubstituível que não pode ser apenas de representação das IPSS.

No dia 15 de Janeiro, dia da CNIS, promove um encontro para dirigentes para debater o estado do Estado Social.

SOLIDARIEDADE - Este ano o dia da CNIS vai ser comemorado com a realização de um encontro para se debater o Estado Social e Setor Solidário. Quais são os objetivos? A quem se destina?

M A C Á R I O CORREIA - Os objetivos são essencialmente os seguintes: contribuir para a reflexão sobre as fronteiras do desenvolvimento do Estado Social e fortalecer, no plano da visão estratégica, a equipa dirigente da CNIS. Os contornos da evolução do Estado Social estão na ordem do dia e a CNIS, pelo que representa, tem que participar

neste debate. Destina-se às estruturas dirigentes nacionais e regionais da nossa confederação. Contamos com perto de uma centena de dirigentes neste debate. Vamos discutir perspectivas de evolução das regalias, direitos e deveres de todos nós perante a sociedade, quanto à solidariedade, à dignidade e ao conforto no quotidiano. O programa da manhã de 15 de Janeiro, será dedicado a escutar a sequência de três personalidades de grande relevo nacional e de grande conhecimento das questões do direito e da economia do Estado Social. O Prof. Jorge Miranda é a referência dos direitos dos cidadãos consagrados na constituição; o Prof. Ribeiro Mendes sabe muito de economia e de gestão das políticas sociais; e a Dr.ª Teresa Fernandes tem uma vasta experiência na gestão dos fundos da segurança social.

A comemoração dos 35 anos da CNIS justificam este evento ou é o sinal de uma nova intervenção pública da Confederação?

Comemorar 35 anos não pode ser feito apenas com um olhar sobre o passado, ainda que isso seja importante. Mas é sobretudo relevante saber também olhar o futuro e fazer parte ativa no desenvolvimento de propostas novas para as políticas sociais. Sempre assim foi e essa será uma motivação permanente da CNIS. Olhar ao longe e apontar caminhos. Ter uma estratégia em afinação e no diálogo com os poderes instituídos ser capaz, como sempre, de influenciar o rumo das decisões políticas e legislativas. Assim se construiu o prestígio da CNIS e neste rumo se caminhará.

Julga que a CNIS pode ser também um centro de debate e discussão pública à volta das políticas sociais?

Tem que ser. A CNIS nunca se poderá resumir a



um mero aparelho de representação das IPSS fechado e olhando apenas para dentro. Nunca foi, nem será isso. Pelo que representa de instituições e pela relevância social e económica do setor solidário, não pode olhar de fora para o debate das políticas sociais, tem que estar por dentro e ajudar a estabelecer rumos e pontes. Isso implica num diálogo franco com todas as forças políticas e sociais, com o Estado, com as outras confederações da área económica e empresarial e com o poder local, sem esquecer a dimensão internacional das políticas sociais, o que não se resume ao drama dos refugiados, tema da atualidade.

Está há um ano na direção da CNIS. Como tem sido a sua experiência nesta estrutura tão importante no setor social solidário?

Tem sido uma boa experiência, conhecendo melhor pessoas e instituições onde a partilha de ideias é franca e o desejo em comum de se fazer mais e melhor é permanente. É enriquecedor saber como tanta gente boa, sem qualquer interesse material, se dedica apenas a servir os outros, sem horário, sem virar a cara às dificuldades. Constitui um privilégio fazer parte desta equipa e cada um de nós sentir a comunhão de espíritos práticos com que se trabalha.

Como se envolveu neste setor? Que experiências tem como dirigente solidário? Sempre tive funções associativas e desde muito novo que ajudei a fundar e a dirigir entidades sem fins lucrativos. Nos 30 anos em que desempenhei cargos públicos de natureza política, tive sempre uma relação forte com os problemas sociais. O desemprego, a falta de habitação, a pobreza, o drama dos idosos, as crianças desfavorecidas, as escolas nos primeiros anos, sempre estiveram no meu trabalho, sobretudo como autarca que fui durante 22 anos. Depois disto, foi fácil passar a desempenhar funções dentro do setor solidário. De momento presido a uma Fundação virada, no essencial, para a deficiência mental e a um Centro Social que trabalha apenas com idosos. A Fundação tem mais de 30 anos e trabalha com uma população de quase metade do Algarve (Zona Sotavento). Por sua vez, o Centro Social de Santo Estêvão está confinado sobretudo à zona rural da respetiva freguesia. São duas experiências diferentes, as quais me ocupam muitas horas por dia, com todo o gosto, sempre com novos desafios.

“NÃO PERDI QUALQUER MANDATO”

O país conhece-o pelo seu desempenho enquanto Secretário de Estado do Ambiente. Como fez esta travessia do ambiente para as questões sociais?

O ambiente está nos direitos difusos dos cidadãos, o que implica com as relações e responsabilidades com os outros, com a sociedade e os seus equilíbrios. As

políticas sociais têm a mesma matriz de preocupações, nos direitos de cidadania e na qualidade de vida. Têm mais pontes do que se possa pensar. Ambas apelam a uma postura de provedoria, de igualdade e de respeito mútuo. No plano dos princípios e dos comportamentos não se afastam, têm é medidas e decisões adaptadas às circunstâncias específicas.

O país também o associa a problemas com a justiça relativamente a processo de licenciamento camarário. Terá perdido, por causa disso, o mandato na Câmara de Faro em 2012. Qual a situação?

Não perdi qualquer mandato. Exerci o meu mandato de Presidente de Câmara de Faro plenamente até ao último dia da sua normal duração. Ainda hoje poderia estar nessa função se tivesse concorrido ao mandato seguinte. Fui envolvido numa sucessão de decisões contraditórias entre juízes e depois eu próprio pedi para desistir do processo por inutilidade da lide. Todavia, existem situações pontuais ainda em movimento judicial, inclusive de uma casa que não existe senão no papel, enquanto projeto. Apenas procurei combater a desertificação e o abandono da serra algarvia, a qual perante leis mal feitas e mal interpretadas, quase podem, em certas mentes, impedir que nela se possa fazer uma casa e viver normalmente. Foi disso que fui acusado: de ter ajudado a resolver problemas concretos de pessoas sem casa digna. E percebi a relação entre a justiça e alguma comunicação social, a qual tinha acesso às peças do processo e às notificações antes de mim. O poder judicial hipocritamente viola o segredo de justiça. Estou de boa consciência. Foi feita uma minuciosa investigação a toda a minha vida e aos meus familiares e foi concluído que não há o mais pequeno indício de alguma vez os meus atos e decisões terem tido algum benefício patrimonial ou pessoal. Mas isso não é notícia, infelizmente.

Com tantas imagens públicas qual é a que o define melhor? Como gosta de ser visto?

Apenas a de alguém simples que trabalha noite e dia pelos outros, benevolmente, e que dá mais pelas causas públicas do que por si e pela família direta. Esta é a minha vida e com a qual me sinto útil na sociedade. Não tenho a postura de alguns médicos de certas urgências nem dos estivadores de Lisboa.

CNIS TEM PAPEL INSUBSTITUÍVEL

Como lhe aconteceu esta incursão no mundo social solidário, ao nível da CNIS?

Por um convite, que me surpreendeu, por parte do nosso Presidente, Padre Lino Maia. Mas encaro isso como mais um desafio e como é para trabalhar, sem remuneração e apenas pelo bem dos outros, cá estamos de alma e coração, com motivação e alegria.

Como interpreta o papel que a CNIS desempenha?



Desempenha um papel insubstituível no panorama das políticas sociais, na ligação e no entrelaçar dos problemas e soluções das IPSS. A CNIS é por natureza a voz coletiva de todos nós, por isso temos todos que ajudar ao seu aprofundamento e à sua solidez, cada vez mais firme e respeitada. A sua força dá-nos força a todos e a cada um de nós.

É reconhecido o papel de “almofada social” ao setor solidário. Julga que ao nível do Estado/governo esse papel tem sido considerado?

Penso que sim, de um modo geral. Tanto do anterior governo como deste, é isso que sentimos. E vamos, como sempre, trabalhar francamente com todos os poderes instituídos, com espírito de diálogo e cooperação construtiva.

Que expectativas, nessa matéria, tem deste novo executivo?

Temos expectativas comuns às de muitos cidadãos. Existe um discurso aberto às questões sociais e isso facilita as relações.

Estamos no início, mas tudo indica que vamos evoluir no melhor sentido. Nada nos impede de ter os melhores desejos e esperanças num trabalho conjunto em prol do bem comum.

Como antevê os tempos futuros? O decreto do fim da austeridade pode vir a ter reflexos na qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo os mais desfavorecidos?

O que está prometido não é fácil de cumprir, mas deixemos as coisas evoluírem e desejamos que corram bem. Acrescentar regalias, reduzir impostos, aumentar salários, trabalhar menos, tudo isto em simultâneo com a redução do desemprego e o crescimento da economia será desejável e perfeito. Quem se compromete a fazê-lo merece o nosso respeito e a nossa ajuda a tal concretizar. Não será por nós que não se atingirão estes objetivos tão nobres. Tudo faremos, ao nosso alcance, para que assim seja, embora não dependa só de nós.

Um sacrifício que não foi em vão

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA ajsilva@sapo.pt

Foi há cinco anos, mais precisamente a 17 de Dezembro de 2010, que um jovem tunisino, de nome Mohamed Nouzizi, se imolou pelo fogo numa pequena cidade do seu país. Com este gesto surpreendente, ele pretendeu chamar a atenção do mundo para os problemas sociais da Tunísia, nomeadamente o desemprego, de que era um dos muitos milhares de vítimas. Aparentemente, conseguiu essa atenção. O mundo percebeu melhor, nessa altura, que o estado tunisino não tinha fundamentos democráticos e que, por outro lado, o turismo não era, só por si, garantia sólida e duradoura de emprego e, sobretudo, de uma justa aplicação das suas receitas. De repente, num país onde, desde a proclamação da sua independência em 1956, reinava uma aparente paz social, teve início uma revolução pacífica que ficou conhecida como “primavera árabe”. Foi uma revolução que suscitou grandes esperanças noutras regiões do norte de África e do Médio Oriente e, particularmente, na maior parte dos países ocidentais.

A esperança nos efeitos positivos desta “primavera” era tanta que os seus líderes não foram capazes de prever o falhanço total que se seguiria à morte física e política de Muamar Kadhafi. O seu desaparecimento fez mergulhar a Líbia num caos total que se mantém até hoje, e sem qualquer expectativa de recuperação a curto e médio prazo. A mesma incapacidade foi demonstrada, quando as potências ocidentais, nomeadamente os Estados Unidos e a França, entenderam que era altura de abrir caminho à chegada de um tempo novo para a Síria, caminho que passava necessariamente pelo desaparecimento de Bashar al Assad. Para tal, bastaria apoiar política e militarmente os grupos que se opunham ao presidente e ao seu regime. Foi uma previsão demasiado simplista e perigosa, aparentemente por não ter em conta a dimensão do apoio que a Síria sempre encontrou em Moscovo. De momento, tudo indica que Assad sairá ainda mais forte de uma guerra civil que já fez trezentos mil mortos e provocou cerca de cinco milhões de refugiados. Pior ainda, a desejada primavera síria deu lugar ao pavoroso inverno do estado islâmico que se instalou no seu território.

Os ventos da “primavera árabe” chegaram, com maior ou menor intensidade, a outros estados árabes como o Líbano, mas em nenhum deles essa primavera chegou a florir, a não ser precisamente no país onde esses ventos se fizeram sentir pela primeira vez. Embora com graves sobressaltos, a Tunísia ainda não desistiu do caminho que começou a percorrer há cinco anos. A recente atribuição do Prémio Nobel da Paz ao quarteto que liderou o processo que conduziu à estabilização política e democrática da Tunísia veio demonstrar que o sacrifício de Mohamed Nouzizi não foi em vão.



Foto: DR

A indiferença mata!

PADRE JOSÉ MAIA jose.maia@cic.pt

Por iniciativa do Papa Paulo VI, a Igreja Católica propôs aos crentes e aos governantes dos Povos que o dia 1 de janeiro fosse dedicado à PAZ.

Para dar sentido e densidade a este apelo, cada um dos vários Papas que têm passado pelo Vaticano, anuncia para cada ano uma mensagem especial, que pretende sinalizar o valor da PAZ e os caminhos que a ela podem conduzir, tendo em conta os “sinais do tempo social” vividos em cada ano.

Para o dia da PAZ de 2016 foi escolhida esta mensagem: “VENCE A INDIFERENÇA E CONQUISTA A PAZ”.

Certamente que na génese inspiradora da mensagem para 2016 estarão as imagens lancinantes de mais de três milhões de refugiados, escorraçados de país para país! A desumanidade com que tanta gente tem sido tratada é uma prova provada da INDIFERENÇA que vai tomando conta de cada pessoa, cada família, cada comunidade local e nacional, ultrapassando estas fronteiras para alastrar a todos os continentes.

Esta mesma INDIFERENÇA tem servido de rastilho para acender, em várias partes do mundo, labaredas de vários fanatismos que, inspirados em fundamentalismos pseudo/religiosos, têm levado o auto proclamado Estado Islâmico a matar, de uma forma bárbara, algumas centenas de milhar de pessoas humanas, num provocador atentado a valores humanos e culturais que constituem o mais precioso património civilizacional construído por sucessivas gerações!

Há ainda outras expressões de INDIFERENÇA que se manifestam, por exemplo, através de atentados ao “bem comum” e ao aumento das “desigualdades sociais”, crimes praticados sem escrúpulos pelo “sistema financeiro” que, protegido por uma globalização desumana e sem ética, desvia dinheiro que lhe é confiado para com ele alimentar vidas de fausto de acionistas sem escrúpulos, obrigando depois os contribuintes a “pagar as favas” do bolo rei de “fortunas dolosas” de gente poderosa que não tem escrúpulos em levar os Estados a recorrerem a impostos para pagar os seus desmandos financeiros. E nós, portugueses, bem temos sentido na pele estes desmandos do sistema financeiro!

Na mensagem do Papa Francisco pode lêr-se: “...A nível individual e comunitário, a indiferença com o próximo (filha da indiferença para com Deus) assume as feições da inércia e da apatia, que alimentam a persistência de situações de injustiça e grave desequilíbrio social, as quais podem, por sua vez, levar a conflitos ou, de qualquer modo, gerar um clima de descontentamento que ameaça desembocar, mais cedo ou mais tarde, em violência e insegurança”.

Porém, nem tudo é mau! Apesar da tentação da globalização da INDIFERENÇA, não têm faltado iniciativas de pessoas, comunidades, movimentos, organizações que afirmem o primado da SOLIDARIEDADE e do ALTRUISMO! Há uma consciência e uma sensibilização cada vez maiores, por parte de muita gente em todas as partes do mundo, em relação à defesa dos direitos humanos e ecológicos do Mundo que nos foi dado para dele cuidarmos como uma CASA COMUM na qual, juntos, queremos viver FELIZES.

A todos os leitores do SOLIDARIEDADE, votos de um bom ano 2016.



Foto: DR

Propriedade comutativa da adição*

(Duas notas sobre a manipulação da informação)

HENRIQUE RODRIGUES/Presidente do Centro Social de Ermesinde

1 - Fui ao Funchal no dia seguinte à notícia falsa da TVI que anunciava o encerramento do BANIF.

Tive ocasião de ver, directamente, com os meus próprios olhos, clientes do Banco, aos magotes, nas agências, procurando levantar os seus depósitos e assim escapar à ameaça da perda das poupanças nele depositadas.

Nunca tinha visto nada de semelhante, excepto nos velhos filmes do Far West, em que aparecem os clientes dos bancos, em fila, ao balcão, numa balbúrdia, a tentar reaver os seus dólares, ou o seu ouro, com que todavia os banqueiros respectivos se haviam abarbatado e fugido.

Seguindo o guião, nesses filmes, os cowboys faziam justiça, à moda da época, dependurando os banqueiros ladrões numa trave, sentados num cavalo, depois enxotado para deixar o cavaleiro sem suporte.

Também entre nós, nos tempos de maior fervor revolucionário, após a Revolução de Abril, algumas das forças políticas mais radicais – hoje, mais tranquila, uma delas integra até uma das formações da maioria parlamentar – exigiam o cenário perfeito de verem o último capitalista enforcado nas tripas do último burguês.

Tenho para mim que, nos dias de hoje, em que ao esbatimento dos ideais corresponde a mitigação do discurso, ninguém verdadeiramente defende esse método expedito de pôr na ordem o capitalismo de casino, bastando-se para sossegar os fervores revolucionários com a execução em efígie – como fez o Marquês de Pombal ao Cavaleiro de Oliveira.

Creio, porém, que tal medida, ainda que fosse reclamada pela componente passiva da actual coligação, seria de difícil execução por parte do PS, o nosso actual timoneiro – que, na verdade, para colocar a vera efígie dessa gente dependurada nos candeeiros de Lisboa, com um barão figurado ao pescoço, um charuto na boca e uma cartola, teria de começar por ir buscar uns retratos de pessoas muito lá de casa.

(Numa entrevista, na TSF, o Dr. Paulo Morais, candidato à Presidência da República, que tem feito da luta contra a corrupção o mote da sua campanha, veio colocar este tópico no registo certo – estranhando a falta de investigação por parte das instâncias criminais, bem como o afastamento do debate público, relativo ao facto de a notícia da TVI, que a própria estação considerou errónea e pela qual pediu desculpas públicas aos lesados, ter objectivamente provocado uma corrida aos depósitos, como vi no Funchal, assim apressando o destino fatal do Banco, afinal vendido ao Santander-Totta, por uns trocados, sendo o mesmo Santander accionista de referência da mesma TVI que apressou a morte assistida do BANIF.)

2 – No jornal “Público”, de 2 de Janeiro – blogues.publico.pt/tudomenoseconomia/ -, Ricardo Cabral explica-nos mais algumas subtilidades quanto à resolução do BANIF e aos beneficiários dela.

Começando por referir que o BANIF cumpria os rácios mínimos de capital, não existindo fundamento legal para uma intervenção autoritária, sugere que “o BCE (Banco Central Europeu), nos “bastidores”, exigiu e deverá ter influenciado os contornos (da intervenção).”

Segundo a sua explicação, “a partir de Janeiro de 2016, 40% dos custos de resoluções bancárias serão mutualizados (i. é., também assumidos por outros países-membros)”, pelo que o BCE se teria comprometido, “antes de Janeiro de 2016, a limpar o “lixo tóxico”, de forma a evitar, no caso português, que 40% dos custos de uma eventual resolução – do BANIF ou do Novo Banco – fossem mutualizados.”

Por outro lado – ainda segundo a crónica de Ricardo Cabral –, a Direcção-Geral da Concorrência e Preços da UE, que não permitiu a injeção de 3.000 milhões de euros de financiamento público para a manutenção do BANIF, a pretexto de se tratar de uma ajuda pública, proibida pelos Tratados, aceitou a injeção dos mesmíssimos 3.000 milhões, dos contribuintes portugueses, em benefício do Santander-Totta, no âmbito da resolução do Banco e da sua venda ao gigante espanhol.

“... A Europa e o BCE – prossegue Ricardo Cabral – sabiam que o novo Governo de Portugal não pretendia logo no seu primeiro diferendo com a Europa passar de “bom aluno” a “aluno rebelde” tipo Tsipras ou Varoufakis. E, por conseguinte, o Governo de Portugal, apanhado de surpresa, terá cedido em toda a linha em relação ao BANIF. E uns prováveis telefonemas de Draghi a Pedro Passos Coelho e a Cavaco Silva terão



selado o negócio.”

Velho e impenitente eurocéptico, foi a afirmação enfática de António Costa quanto a um novo estatuto, mais afirmativo dos interesses próprios, de Portugal no contexto da União Europeia, a marcar, quanto a mim, uma das principais diferenças relativamente ao Governo anterior, de Passos Coelho.

Trata-se, aliás, de um tópico em que não falece razão à nova perspectiva: é este um tempo em que, extinta a expectativa de um Europa solidária, coesa e ao serviço de uma cidadania comum, isto é, exangue o ideal europeu, não se vê correspondência útil que justifique a perda acelerada de soberania e a subjugação aos interesses do capital financeiro que tem por sua conta e às suas ordens os burocratas da União Europeia.

Como vimos e sofremos nos últimos quatro anos.

Ora aí está uma boa influência que os novos aliados podem trazer ao Governo do PS.

3 – Anda por aí, nas redes sociais e na imprensa, uma campanha que tem as IPSS por alvo, à conta de uma ofensiva política próxima contra elas.

Não se trata de um fenómeno novo, este de o poder político dispor de um batalhão de jornalistas seus serventuários, que lhe antecipa a agenda e lhe prepara as malfetorias.

Foi assim com José Sócrates, relativamente a juizes, farmácias e professores.

E foi também com Passos Coelho – que teve a fazer-lhe, junto da opinião pública, a preparação do terreno para a ofensiva contra reformados, pensionistas e funcionários públicos (abrindo a fractura social que ainda hoje perdura), os mesmos que haviam ajudado José Sócrates nas suas hostilidades de estimação.

O procedimento típico é o de apontar “privilégios” de que beneficiam os alvos a abater – mesmo quando tais “privilégios” são uma ficção –, como fundamento para a tomada de medidas que – e por isso são, para o público, supostamente justas ... – pretendem abolir tais privilégios.

O povo, que acredita no que lê nos jornais – as “notícias” beneficiam sempre de uma presunção de verdade –, passa a ser o primeiro a exigir as medidas que o poder político queria verdadeiramente tomar.

A actual mistificação é a da alegada transferência de atribuições do Estado para as IPSS, nomeadamente no âmbito do RSI, assim esvaziando a provisão pública dessa medida – esquecendo propositadamente que tal transferência já vem pelo menos desde 2007, no tempo de um Governo do PS, quando foram celebrados os primeiros Protocolos com a Segurança Social, no sentido de serem as IPSS, por mais próximas e mais eficazes, a assegurar o programa de inserção social dos beneficiários e a instruir os respectivos processos.

Após declarações infelizes de Catarina Martins, no Parlamento, hostis em relação ao trabalho das IPSS, aquando da discussão do Programa do Governo, declarações essas mais próximas da cartilha do que da realidade, o Bloco de Esquerda abandonou o tópico, pelo menos no registo público.

Do Partido Comunista, que tem sabidamente um conhecimento profundo da realidade nacional – com militantes que se encontram solidamente envolvidos, aliás, nas Instituições de Solidariedade e cuja influência no mundo sindical lhe permite conhecer de perto o trabalho qualificado desenvolvido pelas nossas Instituições e seus trabalhadores –, não têm chegado sinais de desconfiança ou suspeição relativamente ao Sector.

Pelo contrário.

O mesmo não se pode dizer de alguns sectores do PS – que, como comecei por dizer, andam pelas redes sociais e pela imprensa a afeiçoar a opinião pública para (pode suspeitar-se ...) legitimar antecipadamente medidas injustas que possam estar em preparação.

Serão os cortes na Acção Social, a pretexto da condição de recursos, anunciados pelo actual Ministro das Finanças durante a campanha eleitoral – sendo então desmentido por António Costa que tais cortes dissessem respeito à cooperação?

Quem viver, verá ...!

4 – Bom ano para os leitores destas crónicas – melhor, pelo menos, do que 2015.

* A ordem dos factores é arbitrária

CENTRO PAROQUIAL DO CACHOPO, TAVIRA

A desertificação não é inevitável

Em 1990, por iniciativa do bispo D. Manuel Madureira Dias, que hoje dá nome ao Complexo Social edificado, nascia em Cachopo, aldeia da serra algarvia do concelho de Tavira, o Centro Paroquial para cuja implementação convidou o casal Albino e Cláudia Martins. O casal de Vila Real de Santo António abraçou o projeto e há um quarto de século que faz crescer a única instituição de apoio social aos mais idosos.

“Viemos de Vila Real de Santo António para Cachopo, dispendo-nos a remar contra a corrente, empreendendo um movimento (litoral-serra) inverso ao que na altura começava a acentuar-se (serra-litoral) e que tem vindo a contribuir para a desertificação do interior algarvio”, conta o diácono Albino Martins, que ali constituiu família e desenvolveu a sua atividade pastoral e, essencialmente, social: “Envolvemos a população, sobretudo na urgente resposta social, tendo presente o elevado envelhecimento da população e o seu crescente isolamento”.

No entanto, a tarefa que tomou em mãos não se mostrou fácil no arranque e tem sido um constante desafio.

“As condições iniciais existentes nesta terra do interior algarvio eram pouco favoráveis ao desenvolvimento de um projeto de grande vulto. O início aconteceu num armazém, adaptado a Centro de Dia, com espaços muito reduzidos e completamente despido de tudo. Foi difícil o começo”, afirma o presidente da instituição, acrescentando: “Por outro lado, os potenciais utentes tinham relutância em frequentar o Centro de Dia e começaram por ser uns quatro ou cinco que mostravam vontade de viver num lar, mas não apreciavam muito aquele tipo de apoio só para o dia. Era esta a semente! A nós, não faltou dedicação, espírito de sacrifício e generosidade. E a semente germinou!”.

Sílvia Leandro, diretora-técnica da instituição, corrobora esta ideia de dificuldade, mas igualmente a de conquista da instituição, ao crescer e ao alargar as respostas sociais à população: “Foi com o grande esforço do casal Albino e Cláudia que esta instituição nasceu. Era uma coisa muito pequenina e com muito poucos utentes. Depois veio o SAD e nasceu o sonho de fazer uma casa maior, porque os utentes já eram muitos e as condições não eram as melhores. A ideia era continuar com as mesmas respostas mas fazer também um lar”.

Para esta técnica, a visão do casal Martins foi determinante na qualidade e diversidade de serviços que o Centro Paroquial de Cachopo presta hoje à população: “Aqui na serra a noite é, de facto, assustadora para as pessoas de mais idade. A freguesia é a aldeia e mais 42 montes dispersos pela serra e que está envelhecida e desertificada. O Albino e a Cláudia perceberam que era importante um lar para as pessoas que estavam realmente sozinhas e criar uma casa onde estivessem

juntos, acompanhados e tivessem uma melhor qualidade de vida”.

O Complexo Social da instituição alberga, atualmente, quatro respostas sociais, apoiando perto de uma centena de utentes. Em Lar acolhe 30 idosos, em Centro de Dia são 15 e o SAD chega a 50 utentes. Para além destas respostas que funcionam no equipamento da aldeia, a instituição ainda gere, num monte, o Centro de Convívio de Feiteira, frequentado por duas dezenas de utentes.

E se hoje o equipamento de Cachopo é um espaço com todas as condições para albergar quem dele precisa, a sua edificação foi muito difícil e demorada.

“Esta casa foi inaugurada em 2009, mas demorou 11 anos a construir, porque entretanto o empreiteiro abriu falência. Foi muito complicado”, recorda Sílvia Leandro.

“Humanamente falando, os começos da obra que hoje se vê em Cachopo eram mais para cair no desânimo do que para sorrir”, sustenta Albino Martins, que não deixa de lembrar quem foi fundamental para que a obra nascesse: “Superou-se as dificuldades, graças à mão de Deus e ao contributo do Estado Português, do Município de Tavira, da Junta de Freguesia e da população residente ou daqui natural”.

Num território muito envelhecido e progressivamente desertificado, em que a orografia também não ajuda, a instituição abrange uma região com cerca de 700 habitantes, em que “80% tem mais de 65 anos, não é enriquecida, vive das baixas pensões e continua a trabalhar muito na terra, mesmo com muita idade”, refere Sílvia Leandro, que reafirma a relutância que ainda hoje a população tem em aderir à instituição: “As pessoas aqui ainda continuam com a ideia de não querer vir para a instituição e, nesse aspeto, o Centro de Dia é a resposta mais complicada. As pessoas ou querem ficar em casa e precisam de ajuda e, então, solicitam o apoio do SAD, ou para virem é para o lar, mas porque já não podem mais. Aqui na serra as pessoas são muito ligadas à casa e ao lugar onde moram. As pessoas têm muita pena de ver os montes onde nasceram ficarem sem gente e, então, acham que têm a responsabilidade de não sair de lá para o monte ainda continuar com alguém”.

A técnica social identifica a questão da mentalidade das gentes da serra como o principal obstáculo à sua institucionalização: “Vir para o lar é, para estas pessoas, uma vergonha. É como ir para o asilo, como se dizia antigamente. A mentalidade é esta e conseguir desmontar esta ideia é muito difícil. E, depois, só vêm quando já não podem mesmo nada”.

Numa freguesia em que quase não há crianças e as pessoas em idade ativa migraram para o litoral, os mais velhos tendem a ficar sozinhos e, na maioria dos casos, sem retaguarda familiar presente, como constata Sílvia Leandro: “Os mais novos foram todos



embora, pelo que estas pessoas não têm retaguarda familiar. Gente em idade ativa em Cachopo é muito pouca. Há quem tenha familiares que são muito preocupados e que

são presentes, mas muitos utentes não têm qualquer retaguarda familiar. As pessoas não querem subir a serra, dizem que é muito longe... Isto acontece com as pessoas do lar e

com as da comunidade. Nós estamos aqui para ajudar e atenuar as dificuldades, mas nunca substituímos a família. A maior tristeza que sinto neste trabalho é essa ausência dos familiares”.

Para Sílvia Leandro, “combater a interioridade é difícil, mas das maiores dificuldades é a falta de colaboração mais próxima das famílias”.

Num contexto tão adverso, em que os rendimentos da população são muito baixos, em que as famílias também não têm grande disponibilidade financeira e o tecido empresarial é, pura e simplesmente, inexistente as dificuldades financeiras são uma constante na vida da instituição.

“Vivemos com muitas dificuldades, porque esta é uma casa muito grande e com uma despesa diária brutal”, começa por dizer a diretora-técnica, identificando o custo por utente como o principal óbice: “As mensalidades de Centro de Dia e do SAD são muito baixas e nenhuma chega aos 150 euros. As instituições da serra têm um custo no SAD muito mais elevado do que as da cidade. Nós fazemos 500 quilómetros por dia, gastamos 1.500 euros/mês em gasóleo, para além do desgaste das viaturas em virtude do terreno. A despesa é muito grande e o custo por utente é muito maior do que na cidade, onde se faz três ou quatro utentes num raio de cinco quilómetros e aqui, por exemplo, fazemos 25 quilómetros para chegar a um único utente que vive num monte. O valor que o utente paga cobre muito pouco ou quase nada da despesa”.

Para esta responsável, a subsídio dependência da instituição é uma inevitabilidade: “Somos subsídio dependentes da Segurança Social e do que os utentes pagam, porque não temos outras fontes de receita. Aqui à volta não temos outras oportunidades como no litoral. Temos alguns apoios pontuais, mas também não temos empresas por aqui... O maior empregador da freguesia é a instituição, depois a Junta de Freguesia, há ainda três cafés e dois minimercados, que funcionam com os próprios donos, e há uma pequena empresa de produtos agrícolas”.

No entanto, e apesar de não serem presentes, os familiares são cumpridores financeiramente, o que, pelo menos, não cria mais problemas à instituição. Contudo, as participações da família, à semelhança da dos utentes, são pequenas.

“As pessoas têm a responsabilidade de pagar... por transferência bancária, porque aqui não vêm. A maior parte dos utentes tem pensões sociais. Até agora, no capítulo da participação familiar, nunca tivemos problemas”.

As questões financeiras são, para Albino Martins, “a maior dificuldade” na vida da instituição, agravado pela “exiguidade da valência ERPI [Estrutura Residencial Para Idosos]”.

Sílvia Leandro explica que o rácio utente/colaborador encarece o serviço e levanta grandes problemas na gestão da instituição: “Na altura em que o lar foi aprovado, não o faziam para mais do que 30 utentes, porque o objetivo era que os equipamentos tivessem de alguma forma um ambiente familiar. Percebo isso e, como técnica social, acho interessante, mas em termos financeiros a ideia já não é tão



interessante, porque o quadro de pessoal que nos é exigido para 30 utentes é o mesmo que seria para um lar com capacidade entre 36 e 38 camas. E isto faz toda a diferença. O nosso quadro de pessoal, que tem 41 trabalhadores, é muito pesado, porque 75% dos nossos utentes são dependentes, o que exige cuidados diferentes do que se as pessoas fossem mais autónomas. O que vamos buscar ao utente e à família é muito pouco e a comparticipação da Segurança Social, que não é atualizada há muito tempo, está completamente longe daquilo que é o custo do utente. Por isso, em termos financeiros, andamos sempre muito apertados”.

Albino Martins é mais contundente nesta questão: “Há anos que «grito bem alto» que 30 camas torna uma instituição inviável financeiramente. Falta-nos um projeto para alargamento do equipamento, em que 45 camas seria o ideal. E este é o nosso maior drama, até porque temos cerca de uma centena de utentes em lista de espera”.

Em Cachopo há ainda uma Cáritas Paroquial, que, como refere Sílvia Leandro, “é um braço do Centro Paroquial e da paróquia”, e que nasceu para dar apoio pontual, em termos de alimentação e vestuário, a algumas pessoas com carências e que ainda não são seniores”.

Incrustada no alto da serra do Caldeirão, quase sem gente jovem e praticamente sem atividade económica, como seria Cachopo sem o Centro Paroquial? A resposta, a Sílvia Leandro, sai de pronto: “Acho que metade das pessoas não conseguiria viver no Cachopo. Se não existíssemos, as pessoas que ainda estão nos montes não poderiam lá estar. Acho que esta terra não conseguiria existir sem o Centro Paroquial”.

Por seu turno, o diácono Albino Martins, que, juntamente com a esposa, foi condecorado, em 2015, pela Presidência da República como Oficial da Ordem de Mérito, é mais abrangente na resposta, colocando o dedo em algumas feridas: “Cachopo assiste há largos anos ao êxodo da sua população jovem. Cachopo e tantas aldeias do Portugal rural, despovoa-se, enquanto a vontade política demora em dar sinais de inverter o rumo, planeando de forma sustentada a descentralização, económica e social, tomando



medidas que levem à fixação efetiva dos que aqui vivem e ainda sonham. É minha firme convicção que o Centro Paroquial de Cachopo pode continuar, apesar de algum desânimo, a colaborar no sentido de se criarem condições de inversão de rumo. Tem sido esta a luta e a matriz do contributo dado pelo Centro Paroquial. Cachopo seria diferente sem ele. Se, pelo contrário, nos deixarmos dominar pela ideia de que a desertificação é inevitável, então perderemos o gosto e a alegria de aqui viver, adiaremos

as medidas de curto e médio prazo que se impõem, correndo todos nós o risco de nos vermos confrontados com problemas bem mais sérios no futuro”.

E por isso é que Albino Martins não tenciona baixar os braços: “Oxalá consiga daqui a alguns anos afirmar, sem pretensão de comparações com o trabalho apostólico de S. Paulo, e dizer como ele que «combati o bom combate... guardei a fé»”.

TRIVALOR SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



O Grupo Trivalor, composto por 14 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA . LIMPEZAS . MANUTENÇÃO VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
TELEF: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



MISERICÓRDIA DE CHAVES

Santa Casa dinamiza projeto que contraria a solidão

Durante dois dias, a V edição do “Envelhecer com Vida”, um projeto de animação sociocultural multidisciplinar promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Chaves trabalhou as emoções dos idosos em várias dimensões, com uma programação diversificada mas com denominador comum – intervenção e dinamização do envelhecimento ativo.

O projeto nasceu pela mão da equipa de animação sociocultural da Misericórdia de Chaves e tem como finalidade promover o convívio e a participação, sensibilizando e mostrando à comunidade o que se faz nesta área, envolvendo utentes das diversas instituições de solidariedade social do concelho, num ambiente de cooperação.

A iniciativa tem tido “pernas para andar” e tem demonstrado “que o trabalho desenvolvido nestas instituições tem uma nobre razão de ser. É bom vermos tantas pessoas a prestar apoio a quem precisa”, foi desta forma que o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, João Rua, se dirigiu aos idosos das instituições

de ação social que durante dois dias rumaram ao Centro Cultural de Chaves.

O Provedor reforçou a importância deste tipo de iniciativas, de índole social e de solidariedade “tão transversais ao longo da vida e que tocam a todos”, salientando o “serviço de proximidade que as misericórdias prestam nas comunidades onde estão inseridas, sendo de valorizar o seu desempenho ao longo de séculos de existência”.

Tendo em conta que a Misericórdia de Chaves tem diversas respostas sociais dirigidas à terceira idade, “a ideia”, defendida pelos animadores socioculturais, “é alegrar a existência dos idosos que vivem nos lares de terceira idade. É uma forma de mostrarmos à comunidade que dentro da instituição os idosos não estão simplesmente a olhar para a televisão. Estão vivos”, referiu o animador Pedro Pinto de Almeida. Momentos de convívio que ainda parecem ser o melhor remédio para ultrapassar as maleitas da terceira idade.

O projeto “Envelhecer com Vida” que desafia a vitalidade dos mais velhos pretende fazer



a diferença e lutar contra a solidão dos mais velhos, sobretudo nos meios interiores, com fortes raízes rurais.

Além de promover os princípios essenciais de animação sociocultural na terceira idade, “uma área tão importante como outra qualquer no seio destas instituições”, aludiram os animadores, constitui-se como um “gratificante espaço de troca de saberes e de experiências”.

Os stands com a exposição e venda de trabalhos desenvolvidos pelos idosos ao longo do ano, uma das vertentes do “Envelhecer com Vida”, vem de encontro ao perfil do projeto, “a valorização e auto estima dos utentes institucionalizados”.

O projeto que vai já na V edição teve o apoio do Município de Chaves e de algumas entidades locais.



SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

JUNTO DAS:
INSTITUIÇÕES PARTICULARES
SOLIDARIEDADE SOCIAL
SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA
ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

CONSULTE-NOS EM
WWW.TSR.PT
[+351] 939 729 729
TSR@TSR.PT



ASSISTÊNCIA REMOTA
NOVO CONCEITO VIA
INTERNET



ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
GRATUITA



INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
NAS VOSSAS INSTALAÇÕES

SOLIDÁRIOS CONSIGO, HÁ 20 ANOS

OBRIGADO



- TSR - CONTABILIDADE ESNL
- TSR - UTENTES IPSS
- TSR - UTENTES CT (AT)
- TSR - IMOBILIZADO ESNL
- TSR - PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (ACSS)
- TSR - ORDENADOS
- TSR - UNIDADES DE SAÚDE
- NOVO** TSR - PROCESSOS CLÍNICOS

- TSR - STOCKS
- TSR - SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA
(UTENTES, BANCOS, ASSOCIADOS, RENDAS, CAIXAS E
PAGAMENTOS A FORNECEDORES)
- TSR - QUALIDADE
TERCEIRA IDADE, INFÂNCIA E JUVENTUDE
- TSR - VIATURAS
- TSR - ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- TSR - PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES

100% CLIENTES SATISFEITOS

**DEMONSTRAÇÕES
GRATUITAS
SEM COMPROMISSO**

GRÁTIS

RUA DOS CUTILEIROS, 2684 1ª - SALA 11
APARTADO 1071 EC LAMEIRAS
4836-908 GUIMARÃES

TLF.: [+351] 253 408 326 (3L/BA)
FAX: [+351] 253 408 328

CSCD SANDE (S. CLEMENTE), GUIMARÃES

28 anos celebrados com alargamento do lar de idosos



No passado dia 18 de Dezembro, o Centro Sócio-Cultural e Desportivo de Sande (S. Clemente), concelho de Guimarães, celebrou 28 anos de vida, tendo os seus responsáveis aproveitado a ocasião para inaugurar uma nova ala de sete quartos do Lar de Idosos. Na presença do diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Braga, Rui Barreira, e do vereador da Câmara Municipal de Guimarães, Ricardo Costa, a presidente da instituição, Maria Conceição Marques, aproveitou o momento de festa para homenagear dois antigos dirigentes, entretanto falecidos, e ainda

atribuir o título de sócio honorário à Junta de Freguesia. Os sete quartos inaugurados aumentam a capacidade de acolhimento da instituição em 15 camas, sendo que quatro quartos, aquando devidamente equipados, serão duplos e um triplo. Por outro lado, e finalizada a obra da Unidade Residencial S. Clemente, a presidente da instituição lançou já uma nova ideia para alargar a capacidade de resposta à comunidade, numa altura em que está pronta para acolher uma família de refugiados no âmbito da PAR (Plataforma de Apoio a Refugiados).

UDIPSS-VILA REAL

Órgãos Sociais para o quadriénio 2016/2019

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Luís Manuel Dinis Correia, APPACDM Vila Real

1.a Secretária: Lisete Serrano Baptista Gonçalves, Santa Casa Misericórdia Cerva

2.a Secretária: Ma da Gloria de Carvalho da Veiga, Grupo Social R. e Cultural Favaio

DIREÇÃO

Presidente: Manuel Agostinho Borges Machado, Centro Social Na Sa Extremo

Vice-presidente: António José Martins Ribeiro, Associação 2000

Secretário: João Manuel Peixoto Fontes, Centro Social Paroquial Tomé do Castelo

Tesoureiro: Normando Teixeira Alves, Casa do Povo de Vilarandelo

Vogal: Jorge Alexandre da Costa Rodrigues, Centro Social Paroquial da Campeã

Suplentes: António Joaquim Fernandes, São Tiago de Vila Chã; Carlos Manuel Borges Abreu, Centro Social Paroquial de Abaças; Álvaro José Cardoso e Costa, Associação "o Bugalho"; Ilídio Fontoura, Centro Social Santa Senhora de Vilarelho; Eugénio Barroso de Sequeira Varejão, Lar de Nossa Senhora das Dores

CONSELHO FISCAL

Presidente: Luís Fernando de Carvalho Leite, Infantário de Vila Real

1o Vogal: Valdemar Mota, Casa do Povo de Godim

2o Vogal: Irmã Rosa Teles, Patronato Pe. Alberto Teixeira Carvalho Vogais

Suplentes: César Duque Rodrigues, Lar Bom Caminho de Calvão; Ademar Sena Rodrigues, Centro de Bem Estar S. de Santo Estevão; Fernando João Carvalho Gonçalves, Centro Comunitário do Planalto Jales



Soluções para a
Economia Social



Organização Administrativa
Consultoria e Gestão



Mediação de seguros
Soluções personalizadas



Soluções tecnológicas
Software administrativo e financeiro

Estamos onde você está.
Atuamos nas instalações do cliente

t. 265 537 590
e. geral@odulisser.pt
www.odulisser.pt



SOBRE A DESIGUALDADE

Os impostos progressivos

José FIGUEIREDO/Economista

Os impostos progressivos são, para muitos, uma forma justa de redistribuir os rendimentos - o estado tira muito a quem ganha muito e redistribui, via transferências sociais, via crédito fiscal ou outros meios para quem tem pouco.

O argumento moral a favor da progressividade dos impostos é forte.

Claro que, no plano moral, também se pode dizer que a partir de determinado nível a progressividade do imposto pode aproximar-se da rapina ou do puro confisco.

Se alguém graças ao seu esforço e ao seu talento pode ganhar muito dinheiro porque diabo o Estado, a partir de um certo patamar, lhe vai subtrair 70 ou 80% do que ganha?

No plano da eficiência económica os liberais sempre tiveram dois argumentos fortes contra a exagerada progressividade dos impostos:

1. Taxas excessivamente elevadas e exageradamente progressivas podem não significar mais receitas dos impostos, mas antes menos receitas e, portanto, menos capacidade para ajudar quem precisa.

2. A imposição de taxas muito altas sobre os rendimentos de topo diminui o incentivo à produtividade ao risco. Ninguém está para correr grandes riscos ou trabalhar como um doido se, a partir de determinado nível, ficar apenas com 20 ou 30% do que produz.

Se os liberais têm razão então a progressividade dos impostos pode não ser boa ideia – podemos ficar todos pior e não apenas os atingidos pela voracidade fiscal. Mas têm razão? Também aqui devemos sacrificar os argumentos morais aos argumentos de eficácia?

A questão é muito controversa e também muito complexa. Começemos pelo argumento 2.

Como é sabido durante as 4 décadas que se seguiram à segunda guerra mundial os níveis de desigualdade estiveram em mínimos históricos e as taxas marginais de imposto sobre o rendimento estiveram em máximos – taxas marginais de imposto de 70 % ou mesmo 80% não eram incomuns.

Em contrapartida, com o fortalecimento das ideais liberais dos anos 80, os níveis de desigualdade começaram a crescer e as taxas marginais de imposto são hoje sensivelmente menores – em algumas geografias pouco mais de metade do que acontecia até aos anos 70.

Deveríamos, tudo o mais constante, se o argumento liberal é válido, ter assistido a um grande aumento da produtividade e das taxas de investimento a partir da década de 80.

O que verificamos é justamente o contrário do que, em princípio, nos diz a tese liberal. A tendência histórica não é a aceleração das taxas de crescimento da produtividade, bem pelo contrário – estão a cair pelo menos desde os anos 60 e continuaram a cair mesmo depois da vitória das teses liberais. Notar que a queda da produtividade ocorreu em todas as zonas económicas mais desenvolvidas – não é um fenómeno localizado

Quanto ao aumento da taxa de investimento também não parece que possamos discernir grandes alterações depois do triunfo das teses liberais.

Como podemos ver para os Estados Unidos, as taxas de crescimento do investimento estão longe de ser mais exuberantes depois dos anos 80, bem pelo contrário, pelo menos no que respeita ao investimento físico.

Lembrar sempre que covariação não é o mesmo que causalidade. O facto de a partir dos anos 80 as taxas de crescimento da produtividade e as taxas de crescimento do investimento terem caído não prova que a “culpa” é das políticas liberais. Em todo o caso os liberais têm de se esforçar um pouco mais para demonstrar as suas teses.

Em relação ao argumento 1, isto é, que taxas marginais de imposto muito elevadas



prejudicam as receitas fiscais, também não é claro o que nos diz nem a teoria nem a evidência empírica.

Em termos teóricos a tese liberal não é tola. Se aumentamos a taxa marginal de imposto para os rendimentos de topo estes vão diminuir e, portanto, embora a taxa seja maior, como a base sujeita a imposto é menor, a receita, no fim, pode descer em vez de subir.

Em última análise tudo depende de um conceito que os economistas chamam de elasticidade, isto é, como reage a variação percentual de uma grandeza a uma variação percentual de 1% noutra variável, no caso concreto, qual a variação percentual da nos rendimentos de topo que é induzida por uma variação positiva nas taxas marginais de imposto.

Se essa elasticidade for 0,5, isso quer dizer que se aumentarmos a taxa marginal de imposto de 50% para 55% os rendimentos de topo diminuem 5%.

Claro que a variação final nas receitas fiscais também depende da forma da distribuição dos rendimentos de topo – embora sejam todos ricos há alguns mais ricos que os outros.

Seja como for, conhecendo a elasticidade dos rendimentos e conhecendo a forma como se distribuem os mesmos no escalão de topo, é fácil deduzir qual a taxa marginal de imposto que maximiza as receitas fiscais.

Para o Reino Unido esse cálculos foram feitos e dá mais ou menos uma taxa marginal de imposto de 56,6%, ou seja, um pedaço menor que os máximos históricos de antes dos anos 80 e um pedaço maior que a taxa actual. Ou seja, poderia ser recomendável, quer por razões morais quer por razões de eficácia, aumentar a progressividade dos impostos.

Claro que se pode dizer que a conversa não acaba aqui. De facto, ricos e pobres não pagam apenas impostos sobre o rendimento – também pagam impostos sobre o consumo, o nosso IVA, por exemplo.

Se diminuirmos os rendimentos dos ricos duas vezes, porque têm menos rendimento bruto (efeito da elasticidade não nula) e menos rendimento disponível (mais impostos sobre o rendimento) é provável que gastem um pouco menos – talvez adiem a compra do Rolls-Royce ou a mudança para uma mansão um pouco maior. Também isso vai deprimir as receitas fiscais.

Há mesmo quem diga, mais uma vez para o Reino Unido, que a taxa marginal de imposto sobre o rendimento que otimiza as receitas fiscais seria próxima de 40%, ou seja, com margem para descer em vez de margem para subir.

É uma tese muito discutível.

Em primeiro lugar, ao isolarmos os rendimentos de topo, podemos estar a ignorar os efeitos que as respectivas variações por via fiscal possam ter sobre os restantes escalões de rendimento.

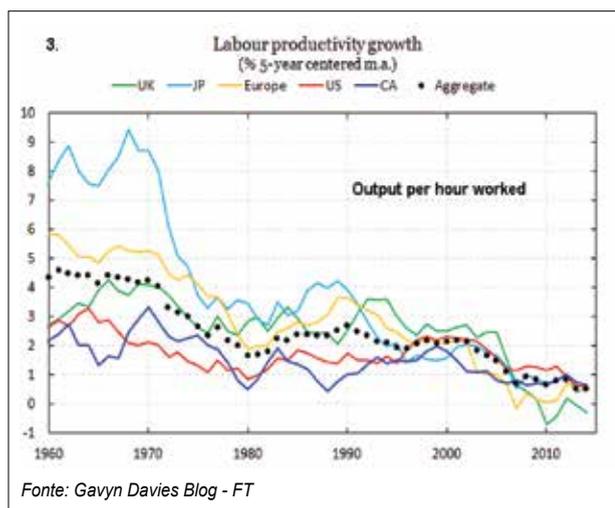
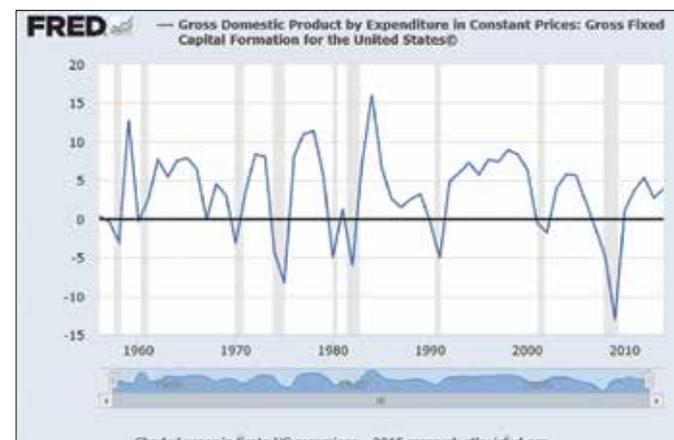
Se, por exemplo, os rendimentos de topo são sobretudo salários de dirigentes corporativos e estes são reduzidos, pode acontecer que isso implique que a linha de resultados das empresas aumente um pouco mais, que sejam distribuídos mais dividendos que também pagam impostos.

Por outro lado não é muito provável que os mais ricos deixem de consumir e de pagar os respectivos impostos só porque o seu rendimento marginal diminui um pouco – provavelmente o maior impacto será em matéria de redução da poupança, ou seja, menor aquisição de produtos financeiros.

Mesmo que haja alguma redução na procura por parte dos mais abonados, ela far-se-á sentir sobretudo em despesas fora do país – uma redução nas férias no Dubai ou menos milhas no cruzeiro do iate privado. Não é nada provável um grande impacto nas despesas de consumo tributáveis.

Infelizmente estas coisas não estão, que eu saiba, muito estudadas para Portugal.

Mas creio que aqui o ónus da prova está do lado dos liberais. É certo que uma maior progressividade dos impostos tem valor moral. Quanto à eficácia económica e fiscal, como vimos, o tema é controverso. Perante um ganho certo no plano moral e um custo duvidoso na esfera económico-financeira, prefiro jogar na equipa que defende uma maior progressividade dos impostos.



Fonte: Gavyn Davies Blog - FT

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de produtos alimentares e não alimentares, que lhe permite abastecer-se integralmente com um único fornecedor.

Adicionalmente, e caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- **Ementas validadas por nutricionistas;**
- **Capitações adequadas;**
- **Soluções económicas;**
- **Sugestão de encomenda com base na ementa;**
- **Estime e controle os seus custos.**

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de recepção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos. A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

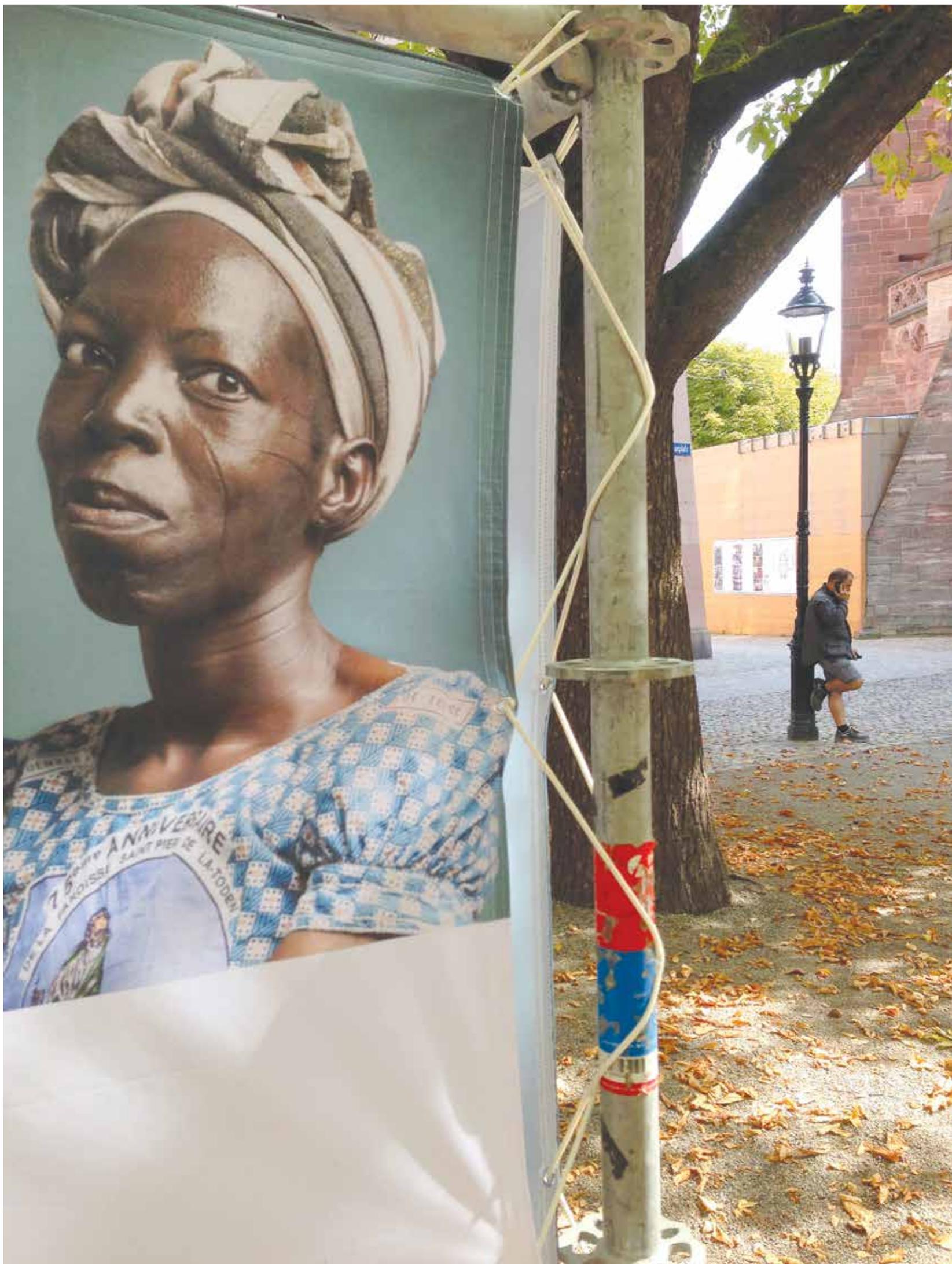
A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 911 047 280
SUL: 210 420 000 / 916 185 205
www.sogenave.pt





Não seja indiferente...

Ficha Técnica

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 **Fax:** 22 600 17 74 -

e-mail: jornal.solidariedade@gmail.com **Director:** Padre Lino Maia

Editor: V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira, Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo

Paginação: Carmo Oliveira - **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

PLATAFORMA DE APOIO AOS REFUGIADOS

Chegaram a Portugal as primeiras famílias

Os primeiros 24 refugiados chegaram durante o mês de Dezembro a Portugal ao abrigo do processo de recolocação aprovado em Setembro, no Conselho Europeu. Em reunião promovida pelo SEF com a PAR e as demais entidades que estão disponíveis para o acolhimento (Câmara Municipal de Lisboa, Cruz Vermelha Portuguesa, Conselho Português para os Refugiados e União das Misericórdias) ficou acertado que, ao abrigo do programa PAR Famílias, foram encaminhadas 2 famílias - num total de 7 pessoas (3 crianças) - para a Plataforma de Apoio aos Refugiados. Por proposta do Secretariado Técnico da PAR, a Comissão Executiva aprovou o acolhimento destas famílias por duas das Instituições Anfitriãs, uma em Setúbal (Fundação Islâmica de Palmela) e outra em Ferreira do Zêzere (Fundação Maria Dias Ferreira).

O coordenador da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), Rui Marques, diz que “depois de tanto tempo de espera e embora ainda longe dos números desejados e da capacidade instalada no nosso país para o acolhimento e integração de refugiados, esta é uma boa notícia que, esperamos, permita que novas recolocações aconteçam a breve trecho.”

CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO

Um grupo de estudantes da Nova School of Business and Economics (Nova SBE) vai implementar, a partir de janeiro de 2016 e em parceria com a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), um projeto que tem como objetivo contribuir para a integração dos refugiados em Portugal, nomeadamente no contexto académico e laboral.

A iniciativa nasceu na aula de “Implementação de Projetos com Impacto” e

consiste numa campanha de sensibilização a favor dos refugiados juntos de alunos das escolas secundárias. Os estudantes da Nova SBE testaram o projeto-piloto na Escola Secundária José Gomes Ferreira bem como no Externato Marista de Lisboa e comprovaram a importância da sensibilização para alterar mentalidades, desmistificar ideias preconcebidas, aumentando a receptividade dos alunos aos refugiados.

Os estudantes da Nova SBE defendem que a opinião dos jovens, sustentada no conhecimento e na informação verídica, vai influenciar a forma como o agregado familiar e mesmo a comunidade onde se inserem olham e percebem a crise dos refugiados, contribuindo para um desenvolvimento civilizacional.

A iniciativa nas escolas prevê a realização do workshop “Deverá Portugal acolher os refugiados?”, seguindo-se a exibição do vídeo “The European Refugee Crisis and Syria Explained” do canal “In a Nutshell – Kurzgesagt”, apelando à solidariedade e desmistificando alguns dos principais mitos e medos relativamente aos refugiados. Por último, os alunos do secundário são convidados a participar num momento de reflexão, de forma a facilitar a compreensão da informação partilhada.

Para Afonso Mendonça dos Reis, Professor da cadeira de licenciatura da Nova SBE “Implementação de Projetos com Impacto”, ficou demonstrado que esta campanha de sensibilização pode mudar mentalidades. Verificámos que os nossos alunos, e todos nós, podemos ter impacto positivo na sociedade: através deste workshop, os jovens ficam com uma opinião mais fundamentada e aumentam a sua compreensão sobre a questão dos refugiados. Nesta experiência,

constatámos que maior conhecimento e debate sobre o tema contribui para melhorar a receptividade dos alunos e possivelmente das pessoas próximas, criando um “ciclo virtuoso” relativamente aos refugiados”, afirmou.

Rui Marques, Coordenador da Plataforma de Apoio aos Refugiados, elogia a capacidade de iniciativa dos estudantes da Nova SBE e a preocupação da escola em promover a economia social, nomeadamente através da criação de uma cadeira obrigatória nesta área. “Ficamos impressionados com este projeto e esperamos que sirva de exemplo a outras escolas e a outros jovens. Esta nova geração quer muito contribuir significativamente para um mundo melhor e cabe aos seus mentores, nas mais variadas áreas, estimularem este altruísmo realista”, concluiu.

A campanha de sensibilização, a ser implementada pelos estudantes da Nova SBE e pela PAR, irá percorrer um vasto número de escolas não só em Lisboa mas principalmente

nas localidades onde os refugiados vão ser integrados, de forma a promover a receptividade destas populações. A rede de voluntários da PAR e a colaboração dos professores que colaboram com a Plataforma de Apoio aos

Refugiados são indispensáveis para o sucesso do projeto.

Com a acreditação Triple Crown (AACSB, EQUIS e AMBA), a Nova School of Business and Economics, uma das melhores escolas de gestão em Portugal, oferece licenciaturas em Gestão e Economia, bem como mestrados e doutoramentos nas áreas de Economia, Finanças e Gestão.

A PAR é uma plataforma da qual fazem parte várias organizações da Sociedade Civil Portuguesa, entre as quais a CNIS, e inclui duas áreas de atuação: uma focada no acolhimento e integração de crianças refugiadas e das suas famílias em Portugal – PAR Famílias, e outra focada no apoio aos refugiados no seu país de origem – PAR Linha da Frente.

Fotos: D.R.



Soluções específicas em Lavandarias Profissionais para IPSS.

Agente Especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Apartado 2011 · 4200-001 Porto
Tm: 934 091 417 · Fax: 225 401 284
info@milplus.pt